



# República Federativa do Brasil

LIVRO.: 0297

FOLHA: 074



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
SERVENTIA NOTARIAL DE GARANHUNS – PERNAMBUCO  
TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO – CARTÓRIO JACOBINA  
Rua Dantas Barreto, n. 37, São José, CEP 55295-080, Garanhuns, PE  
Telefone (87) 3761-1577 – e-mail: cartorio\_jacobina@hotmail.com  
Dra. Celma Laurinda Freitas Costa – Tabeliã  
Bel. José Alberto Paes dos Santos – Tabelião – 1º Escrevente substituto  
Sr. Adelmo José Bernardino – Tabelião – 2º Escrevente substituto

**PROCURAÇÃO** bastante que faz: **CARLA SIMONE GOMES COIFMAN**, na forma abaixo declarada.

**SAIBAM** quantos este público instrumento virem que no ano de dois mil e dezenove (2019), aos sete (07) dias do mês de novembro, nesta cidade de Garanhuns, Estado de Pernambuco, Serventia de Notas, foi lavrado o presente Instrumento de Procuração Pública em que, perante mim, Tabeliã compareceu como outorgante: **CARLA SIMONE GOMES COIFMAN**, portadora da cédula de identidade RG nº 4.616.021-SDS-PE e inscrita no CPF/MF nº 023.271.814/88, filha de Francisco Erivani Gomes e Elza Maria Gomes e Gomes, declarou ser brasileira, casada, odontóloga, residente e domiciliada na Rua Dr. Esdras Cabral Lima, nº 105, bairro Heliópolis, nesta cidade de Garanhuns, Estado de Pernambuco; reconhecido(a) pelo(a) próprio(a) de mim tabeliã e por ele(a) me foi dito, que por este público instrumento, e nos termos de **DIREITO** nomeia e constitui seu(sua) bastante procurador(a): **SÉRGIO COIFMAN**, brasileiro, casado, servidor público federal, residente e domiciliado na Av. Rui Barbosa, nº 891, bairro Heliópolis, nesta cidade de Garanhuns, Estado de Pernambuco, portador da cédula de identidade RG nº 4431292-SSP-PE e inscrito no CPF/MF nº 843.944.714/00, (os dados e qualificação e documentação do procurador foram declarações do(s) outorgante(s) e por elas se responsabiliza civil e criminalmente), a quem delega os seguintes poderes: **PRIMEIRO** - de **ADMINISTRAÇÃO DA VIDA CIVIL**, representando ela outorgante onde com esta se apresentar, resolvendo todos e quaisquer negócios do interesse dela outorgante e que venha a ser necessário a sua presença.

**SEGUNDO** - representar ela outorgante junto a quaisquer seguradora que venha a ser indicada, participante do convênio DPVAT (FENASEG) e/ou Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, ou onde com esta se apresentar, com a finalidade de requerer e resolver todos e quaisquer negócios do interesse dela outorgante e que tenham direito, referente a indenização oriunda do seguro DPVAT, decorrente de acidente de moto (trânsito) do qual a outorgante foi vítima, conforme Certificado Policial – Sumário Prevencional nº 48/19 de San Juan no país Argentina, que será devidamente apresentado, quando do uso destes poderes juntamente com este instrumento.

**TERCEIRO** - representar ele outorgante junto ao **MINISTERIO DA FAZENDA, SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (SRFB)** e na **SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DE PERNAMBUCO - SAFAZ**, nas cidades de Garanhuns, Caruaru ou Recife, Estado de Pernambuco, com a finalidade de requerer **ISENÇÃO(ÕES)** para aquisição de veículo para portador de deficiência física, assinar requerimentos, apresentando documentos e laudos; representando ele outorgante junto ao **DETRAN-PE**, na cidade de Garanhuns e/ou Recife, com a finalidade de resolver todos e quaisquer negócios do interesse dele outorgante, na qualidade de adquirente/comprador de veículo OK e demais serviços que venha a ser necessário referente a veículo automotor; e finalmente, representar ele outorgante junto as Concessionárias de Veículos Automotores na cidade de Garanhuns, que venha a ser indicada, com a finalidade de adquirir veículo em nome do outorgante;

**QUARTO** - representar ela outorgante junto a agência 0052 da **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, na cidade de Garanhuns, Estado de Pernambuco, com a finalidade de

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL, QUALQUER ADULTERAÇÃO OU EMENDA INVALIDA ESTE DOCUMENTO

Estado de Pernambuco





LIVRO.: 0297

FOLHA.: 074



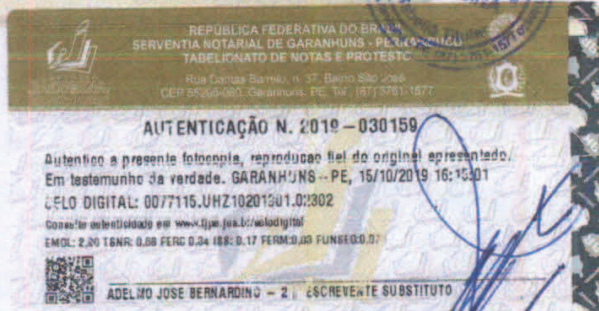
**MOVIMENTAR a conta 013 00150297-8** em nome dela outorgante; tudo requerendo, assinando, praticando, fazendo saques, depósitos e retiradas, para efetivação da movimentação referida; podendo para tais fins: apresentar documentos, firmar requerimentos, concordar com cláusulas e condições, cumprir e suprir exigências, apresentar laudos, assinar documentos, assinar requerimentos e autorizações, requerer e receber notas fiscais, pagar, receber quitação, apresentar documentos que venha a ser exigidos, tomar conhecimentos dos despachos, prestar declarações; passar recibos, dar e receber quitações, assinar fichas, folhas e livros prestar declarações; movimentar contas correntes, fazendo saques, depósitos e retiradas, requerer e receber talonários de cheques, extratos de contas, cartão magnético, gravar senha, renovar senha, promover recadastramento, usar cartão magnético, prestar e assinar declarações; requerer e receber documentos, atestados, apresentar documentos, dar entrada em processo administrativo de sinistro/seguro DEPVAT, acompanhar-lo até final decisão, firmar requerimentos, assinar requerimento, fichas, folhas e livros, concordar com cláusulas e condições, prestar declarações e assiná-las, assinar fichas, folhas e livros, tomar conhecimento dos despachos, cumprir exigências, dar quitação, preencher e assinar autorização de pagamento e de indenização, indicar conta para depósito dos valores que tenha direito oriundo da indenização; representá-la junto a todas e quaisquer repartições públicas federais, estaduais, municipais e autárquicas, especialmente Secretaria da Receita Federal do Brasil, nestas tudo requerendo, alegando, assinando e recebendo mesmo que seja em caráter sigiloso, inclusive prestando declaração de Imposto de Renda Pessoa Física dela outorgante e requerer isenção Imposto de Renda Pessoa Física; e finalmente poderes para constituir advogado com os poderes da cláusula **ad-judicia** para o foro em geral, propor contra quem de direito e defendê-la nas contrárias seguindo uma e outras, até final decisão, transigir, alegar, acordar, discordar, receber intimações, citações e notificações, e tudo mais praticar para o completo desempenho deste mandato e substabelecer no todo ou em parte com ou sem reserva de poderes para si. E, como assim disse lavrei este instrumento que aceita e pede para assina a rogo por ela outorgante que encontra-se incapacitada fisicamente para fazê-lo ao Sr. Ricardo Coifman, portador da cédula de identidade nº 5123601-SSP-PE e inscrito no CPF/MF nº 587.407.594/15, residente e domiciliado na Av. Rui Barbosa, nº 891, bairro Heliópolis, nesta cidade de Garanhuns, Estado de Pernambuco, meu conhecido desta cidade; dou fé. Dispensada a presença de testemunhas na forma que faculta o artigo 215 do Código Civil brasileiro. Eu, José Alberto Paes dos Santos, tabelião 1º escrevente substituto, a digitei. Recolhidas as Taxas FERC - Fundo Especial do Registro Civil, no valor de R\$ 6,64, TSNR - Taxa de Serviço Notarial e de Registro, no valor de R\$ 13,27, ISS - Imposto Sobre Serviço, no valor de R\$ 3,32, FERM-PJ - Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário, no valor de R\$ 0,66, FUNSEG - Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados, no valor de R\$ 1,33, sendo os Emolumentos R\$ 56,40, Guia do SICASE nº 000000011258278. Selo Digital: **0077115.PZP10201901.03528**. Consulte autenticidade em [www.tjpe.jus.br/selodigital](http://www.tjpe.jus.br/selodigital). Subscrovo e assino. Garanhuns 07/11/2019. Em Testº sinal da verdade. (a) José Alberto Paes dos Santos, tabelião - 1º escrevente substituto. impressão digital (a) Ricardo Coifman. Está conforme com o próprio livro original.

**SUBSCREVO E ASSINO**Garanhuns, 07 de 11 de 2019

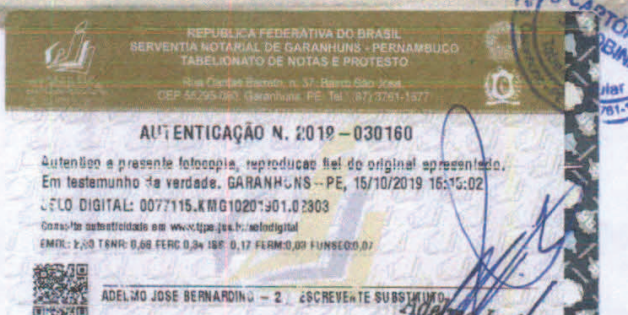
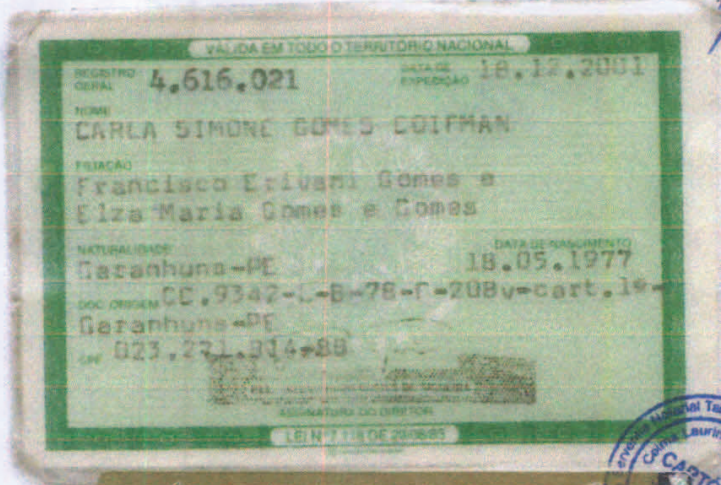
Em Testº \_\_\_\_\_ da verdade

José Alberto Paes dos Santos  
Tabelião - 1º Escrevente Substituto**AAC 0613653**





Adelmo José Bernardino  
Tabelião - 2º Escrevente Substituto



Adelmo José Bernardino  
Tabelião - 2º Escrevente Substituto







Comp Banco Agência DV C1 Conta  
018 001 0007 1 9 21.299-7  
018 001 0007 1 9 21.299-7

Pague por este  
cheque a quantia de

e centavos acima

ou à sua ordem

Cheque Ouro

 **BANCO DO BRASIL**

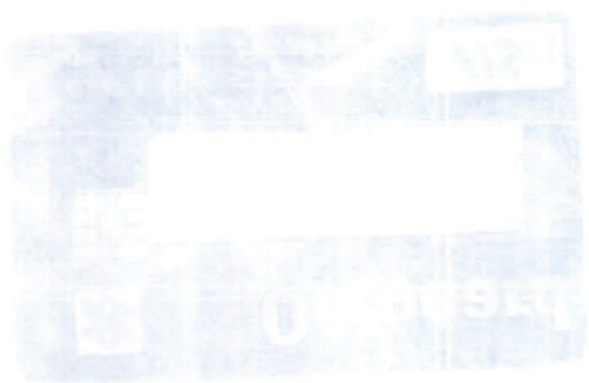
GARANHUNS PE  
00.000.000/0067.18  
DANIEL 0133  
GARANHUNS-PE  
CONFECCAO: 10/2019

SERGIO COIFMAN  
CPF 843.944.714-00 DI 01940488415 DETRAN PE OU  
CARLA SIMONE GOMES COIFMAN  
CPF 023.271.814-88 DI 4616021 505 PE  
CLIENTE BANCARIO DESDE 03/2006

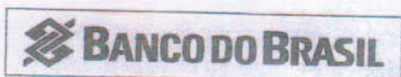
000100672 0188501385A 747002129972



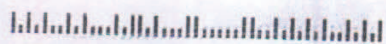
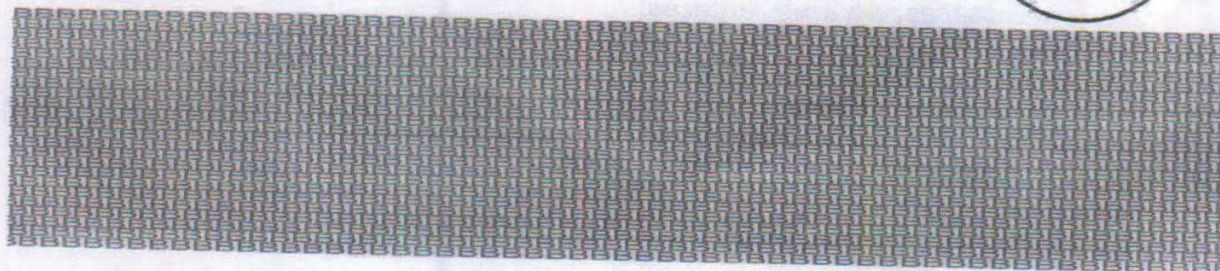








0067 - GARANHUNS - PE 915758603



CTC RECIFE PE PL4  
CARLA SIMONE GOMES COIFMAN  
RUA DR ESDRAS CABRAL LIMA 105 CASA  
HELIOPOLIS  
55296-125 - GARANHUNS - PE



7213195089179780000002341630130919







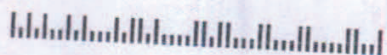




**PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL



036727



CARLA SIMONE GOMES COIFMAN  
DR ESDRAS CABARLA LIMA 105  
SANTO ANTONIO  
GARANHUNS PE  
55293-000



5013196987410020000003672730290519







## PERNAMBUCO

# Casal pernambucano sofre grave acidente de moto na Argentina

Sérgio e Carla Coifman amputaram o pé e a perna esquerda, respectivamente. Ambos apresentam quadro de saúde estável, segundo relatos de familiares

Por: Fábio Nóbrega em 08/03/19 às 11H50, atualizado em 08/03/19 às 14H44



 REPORTAR ERRO









Identificador: 28647  
Fecha y hora de Transacción:  
05/03/2019 14:14:23  
Constante de -INGRESO  
Punto de Control: CHILE-INGRESO  
CRISTO REDENTOR (HORCONES)  
Dominio Vehículo  
PCT4953

Apellido(s):  
GOMES COIFMAN  
Nombre(s):  
CARLA SIMONE  
Fecha de Nacimiento:  
18/05/1977  
Exterior, Tipo y Nro. Documento:  
BRA-ID-4816021  
Nacionalidad:  
BRA-BRASILEÑA  
Permanencia:  
90 Días  
Expira: 03/06/2019



Sello (NTABORAS)







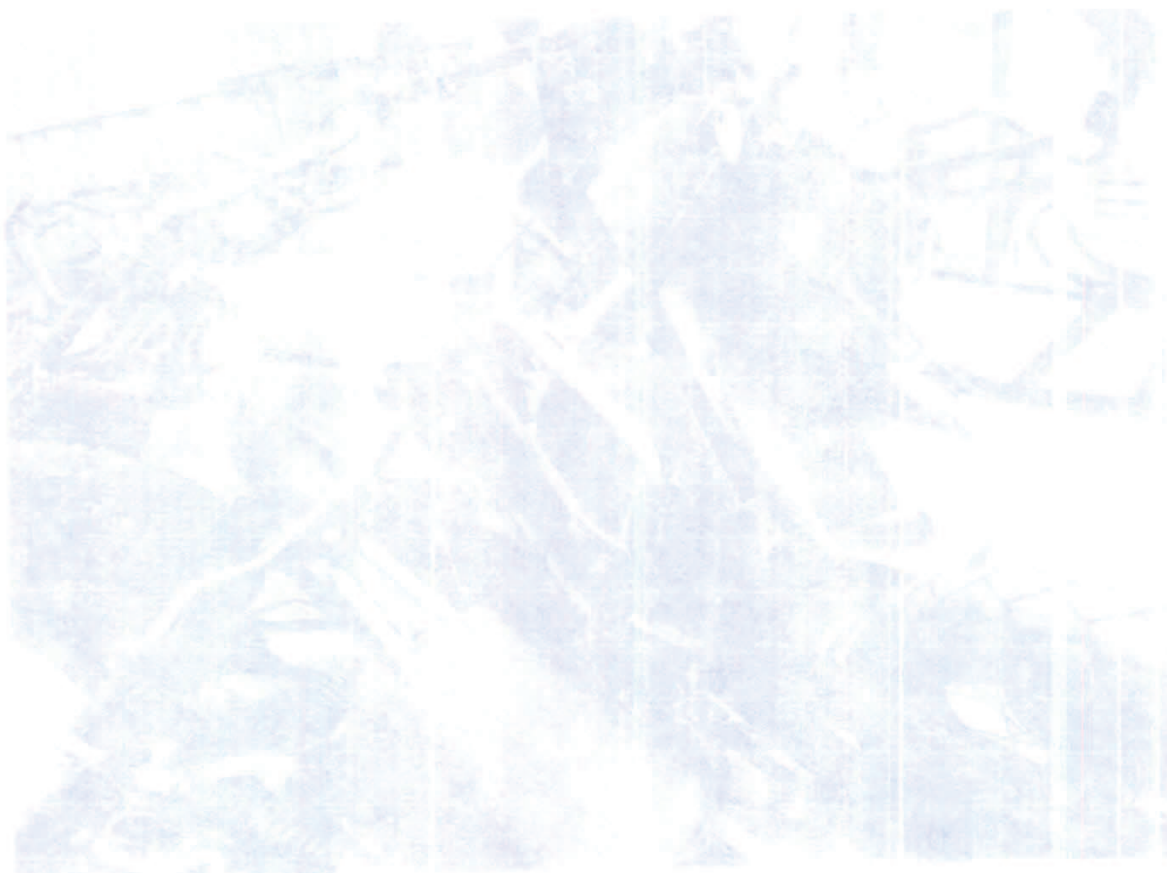
<b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b> <b>MINISTÉRIO DAS CIDADES</b>		<b>DETRAN - PE</b> <b>CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO</b>	
<b>Nº 01486060047</b>		<b>EXERCÍCIO</b> <b>2019</b>	
<b>VIA</b> <b>1</b>		<b>DATA EMISSÃO</b> <b>08/02/19</b>	
<b>COB. RENAVAM</b> <b>1082329298</b>		<b>COB. RENAVAM</b> <b>*****</b>	
<b>UNTRC</b> <b>*****</b>		<b>UNTRC</b> <b>*****</b>	
<b>NOME</b> <b>SERGIO COIFMAN</b>		<b>PLACA</b> <b>ECT4953</b>	
<b>0</b>		<b>0</b>	
<b>CHASSI</b> <b>95V0B250532548401</b>		<b>CHASSI</b> <b>95V0B250532548401</b>	
<b>COLETORE</b> <b>GASOLINA</b>		<b>COLETORE</b> <b>GASOLINA</b>	
<b>ESPECIE</b> <b>MOTOCICLETA</b>		<b>ESPECIE</b> <b>MOTOCICLETA</b>	
<b>ANO FAB.</b> <b>2019</b>		<b>ANO FAB.</b> <b>2019</b>	
<b>CATEGORIA</b> <b>PARTIC</b>		<b>CATEGORIA</b> <b>PARTIC</b>	
<b>CAP. TOT. CIL.</b> <b>29/85CV/798CL</b>		<b>CAP. TOT. CIL.</b> <b>29/85CV/798CL</b>	
<b>VENC. COTA ÚNICA</b> <b>1º</b>		<b>VENC. COTA ÚNICA</b> <b>1º</b>	
<b>IPVA 2019 QUITADO</b>		<b>IPVA 2019 QUITADO</b>	
<b>PARCELAMENTO / COTAR</b> <b>*****</b>		<b>PARCELAMENTO / COTAR</b> <b>*****</b>	
<b>PREMIO TARIFARIO (R\$)</b> <b>88.11</b>		<b>PREMIO TOTAL (R\$)</b> <b>84.50</b>	
<b>CUSTO DO BILHETE (R\$)</b> <b>4.15</b>		<b>CUSTO DO BILHETE (R\$)</b> <b>4.15</b>	
<b>DATA DE PAGAMENTO</b> <b>21/01/19</b>		<b>DATA DE PAGAMENTO</b> <b>21/01/19</b>	
<b>SEM RESERVA</b>		<b>SEM RESERVA</b>	
<b>OBSERVAÇÕES</b>		<b>OBSERVAÇÕES</b>	
<b>DATA</b> <b>08/02/19</b>		<b>DATA</b> <b>08/02/19</b>	
<b>ROBERTO CARLOS MOREIRA FORTALEZA</b> <b>DIRETOR PRESIDENTE DETRAN/PE</b>		<b>ROBERTO CARLOS MOREIRA FORTALEZA</b> <b>DIRETOR PRESIDENTE DETRAN/PE</b>	



Tabela 1: Dados Gerais		Tabela 2: Detalhes	
ID	Nome	ID	Valor
1	João	1.1	100
2	Maria	2.1	200
3	Carlos	3.1	300
4	Ana	4.1	400
5	Pedro	5.1	500
6	Lucas	6.1	600
7	Juliana	7.1	700
8	Roberto	8.1	800
9	Renata	9.1	900
10	Diego	10.1	1000















**Htal Público Descentralizado "Dr. Guillermo Rawson"**

**Servicio de Terapia Intensiva Adultos**

**-REQUERIMIENTO DE TRASLADO AEREO-**

**RESUMEN DE HISTORIA CLINICA**

**APELLIDO Y NOMBRE:** Gomes Coifman, Carla Simone

**DNI:** 04616021

**EDAD:** 40 años

**FECHA DE INGRESO:** 07/03/19

**DIAGNOSTICO de INGRESO :** - Politraumatismo TEC grave . Shock Hipovolémico.

-TEC con scalp frontoparietal derecho . Lesión de C2 (compromiso de apófisis odontoides y carilla articular ) con sospecha de lesión de arterias vertebrales. Lesión isquémica en cerebelo y micro contusiones en mesencéfalo. No se evidencia compromiso supratentorial

- Amputación traumática suprapatelar izquierda

- Fractura de pelvis inestable. Fractura maléolo interno de peroné y tarso der.

-POP de laparotomía por hemoperitoneo secundario a lesión vesical

-ARM

**RESUMEN**

Paciente mujer de 40 años que ingresa al Servicio Médico de Urgencias con diagnóstico de politrauma secundario a colisión vehicular (moto con casco Vs auto).

Ingresa al Serv Médico de Urgencias con deterioro de conciencia y en shock hipovolémico .Se realiza intubación orotraqueal

Traslado inmediato a quirófano: se completa amputación suprapatelar de miembro inferior. Reducción e inmovilización de fractura de pelvis con tutor externo . Laparotomía exploradora con reparación de vejiga y cistostomía . Pasa a Servicio de Terapia Intensiva en estado crítico . Hemodinamicamente inestable con requerimiento de drogas vasoactivas (Noradrenalina) . Sedoanalgesiada (midazolam y fentanilo ). Requiere ARM

Tomografía de cráneo , cervical , tórax , abdomen y pelvis : isquemia cerebelosa y tronco , compromiso de Vértebra C2 ( carilla articular y cuña de apófisis odontoides ) , contusión pulmonar izquierda,

Traumatología : valoración de vitalidad y curación diaria del muñón , tutor ext pelvis y compromiso de tobillo der.





Assinado eletronicamente por: JOAO CARLOS ANTUNES DE ANDRADE RALPH - 04/06/2020 15:56:31

https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20060415563161600000061871332

Número do documento: 20060415563161600000061871332

Assinado eletronicamente por: JOAO CARLOS ANTUNES DE ANDRADE RALPH - 04/06/2020 15:56:31

https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20060415563161600000061871332

Número do documento: 20060415563161600000061871332

Assinado eletronicamente por: JOAO CARLOS ANTUNES DE ANDRADE RALPH - 04/06/2020 15:56:31

https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20060415563161600000061871332

Número do documento: 20060415563161600000061871332

Assinado eletronicamente por: JOAO CARLOS ANTUNES DE ANDRADE RALPH - 04/06/2020 15:56:31

https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20060415563161600000061871332

Número do documento: 20060415563161600000061871332

Assinado eletronicamente por: JOAO CARLOS ANTUNES DE ANDRADE RALPH - 04/06/2020 15:56:31

https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20060415563161600000061871332

Número do documento: 20060415563161600000061871332

Assinado eletronicamente por: JOAO CARLOS ANTUNES DE ANDRADE RALPH - 04/06/2020 15:56:31

https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20060415563161600000061871332

Número do documento: 20060415563161600000061871332

Assinado eletronicamente por: JOAO CARLOS ANTUNES DE ANDRADE RALPH - 04/06/2020 15:56:31

https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20060415563161600000061871332

Número do documento: 20060415563161600000061871332

Assinado eletronicamente por: JOAO CARLOS ANTUNES DE ANDRADE RALPH - 04/06/2020 15:56:31

https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20060415563161600000061871332

Número do documento: 20060415563161600000061871332

HOSPITAL SANTA JOANA  
RUA JOAQUIM NABUCO 200 - RECIFE - PE  
(81) 3216-6666

### REGISTRO DE ENTRADA DE PACIENTES

Registro : J530029 -Interno Leito : CT111 Prontoário(SAME) : 300256155  
Ala : CLINICA MEDICA Convênio : 516/01 CAMEL SAUDE/SAUDE

#### INFORMAÇÕES DO PACIENTE

Nome : CARLA SIMONE GOMES COIFMAN Telefone : 87999570504  
Endereço : RUA AGAMENON MAGALHAES , N°260 Bairro : SANTO ANTONIO  
Cidade : GARANHUNS Estado : PE CEP : 55293290  
Profissão : DENTISTA Est. Civil : Casado  
Nascimento : 18/05/1977 41 anos anos Sexo : Feminino Natural de: GARANHUNS  
Identidade : RG 4616021 CPF : 02327181488 Conjuge :

Responsável : JERONIMO TENORIO BRITO JUNIOR Telefone : (87)99957-0504  
Ident.Resp. : RG 4947512 RES CPF Resp. : 909.391.584-34  
Endereço : RUA AGAMENON MAGALHAES Bairro : SANTO ANTONIO  
Cidade : GARANHUNS Estado : PE CEP : 55293290  
Profissão : MEDICO  
Segurado : CARLA SIMONE GOMES COIFMAN Telefone : (87)99957-0504

Matrícula : 1000112026020308

Sua :

Admissão:20/03/2019,04:14 h

Médico : CARLOS TADEU DE OLIVEIRA LEONIDIO

CRM:17199

CPF:03933843499

Procedimento Previsto:

Observação:

#### TERMO DE RESPONSABILIDADE

Declaro para fins devidos, que assumo plena responsabilidade na qualidade de devedor principal e/ou solidário por quaisquer despesas realizadas pelo paciente acima qualificado, sendo ou não o paciente acima mencionado associado a qualquer instituição que mantenha convênio com esse Hospital, seja para pagamento total ou parcial de tratamento médico-hospitalar ou ambulatorial. Declaro para os fins de direito que assumo plena responsabilidade por qualquer importância que não for paga a(o) HOSPITAL SANTA JOANA pela instituição conveniada a qualquer título.

Declaro ainda a validade das despesas já mencionadas até a liquidação total do debito, que autorizo seja acrescido e juros de mora e correção pelos índices oficiais, a partir da alta hospitalar, bem como as despesas de cobrança, e houver. A credora esta autorizada a emitir as respectivas duplicatas em caso de inadimplência valendo o presente documento para efeitos legais como Contrato de Prestação de Serviços.

Assinatura do Paciente / Responsável

Hospitais Associados de Pernambuco LTDA

Recife, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Recebido por: \_\_\_\_\_

cepção: IRANS

Alta: \_\_\_\_\_

Hora: \_\_\_\_\_

Motivo: \_\_\_\_\_

sto Enfe.: \_\_\_\_\_

Nutrição: \_\_\_\_\_

Faturamento: \_\_\_\_\_

cife, 20 de Março de 2019





EXTRATO DE CONTA DE JUNTADA

EXTRATO DE CONTA DE JUNTADA

EXTRATO DE CONTA DE JUNTADA



- El Funcionario Policial que suscribe CERTIFICA que en esta Dependencia Policial se instruye Sumario Prevencional N° 43/19. Caratulado Ptas. LESIONES 94%. Con intervención del Segundo Juzgado en lo Correccional, iniciado en fecha 07/03/19, a raíz de un accidente de tránsito ocurrido en Ruta N° 20 a la altura aproximada del Km 448. En La Localidad de Encon. Dpto. 25 de Mayo, entre el auto marca PEUGEOT modelo 208 de color gris, dominio AA11883N, conducido por el ciudadano BONILLA DIEGO MARTIN DNI N° 36.033.066, argentino, casado, de 26 años de edad, con dña. en valle Garcel 4689 B.B. Luna Rawson, quien era acompañado por su pareja la Sra. SABRINA ELIZABETH LAZO DNI N° 36.033.066, argentina, casada de 27 años de edad, con dña. en Santa Rosa 3992, Villa Krause, Rawson y con su hijo el menor BONILLA LAZO LAUREANO VALENTIN DNI N° 55.622.463, argentino, soltero de 2 años de edad, con mismo dña. que su madre, y las motos marca BMW de 800 c.c., modelo F-800 GS, de color blanca y negra, dominio ECT-4953 la cual era conducida por el Sr. COIZMAN SERGIO, Brasilero, casado, de 42 años de edad, sin precisar número de documento, ni domicilio, y lo hacía como acompañante su pareja la Sra. SIMONES CARLA GOMEZ, Brasileña, casada, de 40 años de edad, sin precisar número de documento, ni domicilio, Y lo hacían como acompañantes de la pareja damnificada, en la moto marca BMW de color negro con azul de 600 c.c., dominio PULB266 la que era conducida por el señor JURANDIR MANSO DA ROCHA, brasileiro, de 46 años de edad, acompañada por su pareja GLELIA ALVEZ DE LUIGERDO ROCHA, Los ocupantes de la segunda moto no sufrieron recibir alguna solamente daños materiales en su motocicleta, y los ocupantes de la primer moto mencionada sufrieron lesiones de gravedad y daños materiales en la misma, quienes fueron trasladados en ambulancia de EMI 107, al Hospital Guillermo Rawson.

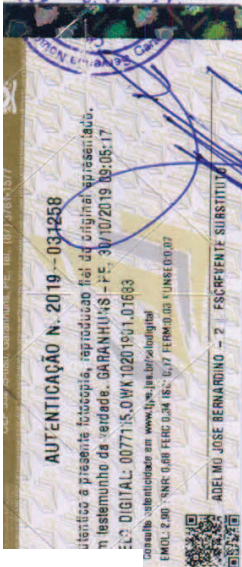
Se extiende el presente CERTIFICADO POLICIAL a fin de ser presentado ante las autoridades que así lo requieran.

SAN JUAN, 25 de Mayo, Comisaría Trigésimo Segunda, a los 15 días del Mes de Mayo del año 2019.

SAN JUAN, 25 de Mayo, Comisaría Trigésimo Segunda a los 15 días del Mes de  
año 2019.



Vera J. C. 18.  
OFICINA DE  
POLICIA DE SANIDAD





EM BRANCO

EM BRANCO

EM BRANCO



## Htal Público Descentralizado "Dr. Guillermo Rawson"

### Servicio de Terapia Intensiva Adultos

#### RESUMEN DE HISTORIA CLINICA

**APELLIDO Y NOMBRE:** Gomes Coifman, Carla Simone

**DNI:** 04616021

**EDAD:** 40 años

**FECHA DE INGRESO:** 07/03/19

**DIAGNOSTICO de INGRESO:** - Politraumatismo TEC grave . Shock Hipovolémico.

-TEC con scalp frontoparietal derecho . Lesión de C2 con sospecha de lesión de arterias vertebrales. Lesión isquémica en cerebelo y micro contusiones en mesencéfalo. No se evidencia compromiso supratentorial

- Amputación traumática suprapatelar izquierda

- Fractura de pelvis inestable. Fractura maleolo interno de peroné y tarso der.

-POP de laparotomía por hemoperitoneo secundario a lesión vesical

-ARM

#### RESUMEN

Paciente mujer de 40 años que ingresa al Servicio Médico de Urgencias con diagnóstico de politrauma secundario a colisión vehicular (moto con casco Vs auto).

Ingresa al Serv Médico de Urgencias con deterioro de conciencia y en shock hipovolémico .Se realiza intubación orotraqueal

Traslado inmediato a quirófano: se completa amputación suprapatelar de miembro inferior. Reducción e inmovilización de fractura de pelvis con tutor externo . Laparotomía exploradora con reparación de vejiga y cistostomía . Pasa a Servicio de Terapia Intensiva en estado crítico . Hemodinamicamente inestable con requerimiento de drogas vasoactivas (Noradrenalina) . Sedoanalgesiada (midazolan y fentanilo ). Requiere ARM

Tomografía de cráneo , cervical , tórax , abdomen y pelvis : isquemia cerebelosa y tronco , compromiso de Vértebra C2 ( carilla articular y cuña de apófisis odontoides ) , contusión pulmonar izquierda,

Traumatología : valoración de vitalidad y curación diaria del muñón , tutor ext pelvis y compromiso de tobillo der.







08/03/19 AngioTAC cráneo : micro contusiones en mesencéfalo asociado a lesión isquémica de cerebelo .  
Lesión de C2, suspechando lesión vascular traumática sin certificar la lesión a través de este estudio,  
persistiendo la sospecha de la misma.

**Hemodinamia estable sin drogas vasoactivas**

**ARM en modo controlado . PaFi mayor a 350**

**Función renal Normal**

12/03/19 TAC Craneo : isquemia cerebelosa más extensa e isquemia en tronco

Se suspenden drogas depresoras, solamente con Fentanilo (analgesia) y Dexmedetomidina

15/03/19 : Apertura ocular , no responde a órdenes , Movilización espontanea de miembros

**Hemodinamia estable sin drogas vasoactivas**

**ARM en modo controlado . PaFi mayor a 350**

**Función renal Normal**

**Afebril**

**Pronóstico Reservado.**







## LAUDO MÉDICO

SRA. CARLA CARLA SIMONE GOMES COIFMAN, ADMITIDA NESTE SERVIÇO EM 20 DE MARÇO DE 2019, TRANSFERIDA DE HOSPITAL DA ARGENTINA, TENDO SIDO VÍTIMA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO NAQUELA LOCALIDADE,

APRESENTANDO POLITRAUMATISMO GRAVE COM TRAUMATISMO CRANIOENCEFÁLICO COM INJÚRIA VASCULAR POR OCLUSÃO DA ARTÉRIA VERTEBRAL DIREITA+ TRAUMATISMO DE COLUNA CERVICAL COM FRATURA DO ODONTÓIDE INSTÁVEL+ TRAUMATISMO DE ABDOMEN COM ROTURA DE BEXIGA+ FRATURA DE Pelve em livro aberto+ AMPUTAÇÃO TRAUMÁTICA DO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO. SUBMETIDA NO LOCAL DO ACIDENTE AOS TRATAMENTOS CIRÚRGICOS DA LESÃO ABDOMINAL, A LESÃO DA Pelve E A COMPLEMENTAÇÃO DA AMPUTAÇÃO DO MEMBRO INFERIOR.

CHEGOU TRAQUEOSTOMIZADA EM ALIMENTAÇÃO ENTERAL, EM ESTADO DE CONSCIÊNCIA MÍNIMO, APENAS COM ABERTURA OCULAR. ESTRABISMO CONVERGENTE, COM COLAR CERVICAL, COM RESPOSTA MOTORIA MÍNIMA, AUSÊNCIA DE MOBILIDADE DO MEMBRO INFERIOR DIREITO E MOBILIDADE REDUZIDA DE EM MEMBROS SUPERIORES. APRESENTOU INFECÇÃO DO COTO RESIDUAL DO MEMBRO INFERIOR POR BACTÉRIA MULTI-RESSISTENTE, SENDO TRATADO COM ANTIBIOTICOTERAPIA VENOSA E TRATAMENTO CIRÚRGICO.

EVOLUINDO NO MOMENTO TOTALMENTE RESTRITA AO LEITO. OSCILANDO O NÍVEL DE CONSCIÊNCIA, TRAQUEOSTOMIZADA, COM DISFAGIA, EM ALIMENTAÇÃO ENTERAL, APRESENTANDO MELHORA DA MOBILIDADE OCULAR PORÉM, AINDA COM VISÃO DUPLA. MELHORA IMPORTANTE DA DOR DO QUADRIL COM USO CONTÍNUO DE OPIOIDE E DROGAS DE USO PREVENTIVO PARA DOR CRÔNICA.

NO MOMENTO AINDA INTERNADA EM UNIDADE DE CUIDADOS SEMI-INTENSIVOS, SEM PREVISÃO DE ALTA HOSPITALAR.

RECIFE, 16 DE MAIO DE 2019

*Débora M<sup>te</sup> Brito de Pinho*

DRA. DÉBORA MARIA BRITO DE PINHO CRM 8838 - NEUROCIRURGIA

Débora Brito Pinho  
Neurocirurgia  
CRM: 8838







Casa de Saúde e Maternidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro Ltda.  
Av: Simoa Gomes, 33 - Heliópolis - Garanhuns/PE CEP 55296-  
Fone/Fax: (87) 3762-2002 CNPJ 10.248.599/0001-30

Paciente Carla Simone Gomes Coifman, após ter sofrido grave TCE em 20/03/2019, após acidente de trânsito com injúria vascular por oclusão da artéria vertebral direita com trauma cervical associado a trauma de abdome com rotura de bexiga e fratura de pelve além de amputação traumática do membro inferior esquerdo. Apresentou por longo período alteração do nível de consciência e fez vários tratamentos de infecções hospitalares.

Sendo assim fica exposto nesse relatório que a paciente se mantém com diversas limitações de movimento e realizações de atividades habituais, ainda em processo de readaptação funcional.

CID S141/S789

Garanhuns 19/05/2020

Dr. Gustavo D. Antunes de Andrade Ralph  
Clínica Médica, Neurologia  
CRM-PE 18559





INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL  
COMUNICAÇÃO DE DECISÃO

NIT: 19014663318

Número do Benefício: 6279045904

Espécie: 31

2ª VIA

Número do Requerimento: 196301241

Ao Sr.(a): CARLA SIMONE GOMES COIFMAN

Endereço: DR ESDRAS CABRAL DE LIMA 105, HELIOPOLIS

CEP: 55296125

Município: GARANHUNS

UF: PE

Assunto: Pedido de Auxílio - Doença

Decisão: Deferimento do Pedido

Motivo: Constatação de Incapacidade Laborativa

**Fundamentação Legal:** Artigos 42 e 101 da Lei Nº 8.213, de 24/07/1991, Artigos 43 e 46 do Decreto Nº 3.048, de 06/05/1999; Portaria Ministerial 359 de 31/08/2006.

Em atenção ao seu pedido de Auxílio-Doença, apresentado no dia 10/05/2019, informamos a V.Sa. que foi concedida Aposentadoria por Invalidez. Este benefício será revisto a cada dois anos, conforme determinação legal. Informamos que o pagamento do seu benefício será mantido até 12/05/2019.

Data: 08 de outubro de 2019

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

Agência da Previdência Social: SAO JOAO PE Endereço: RUA JULIO MIGUEL DA SILVA, SN  
PARK BRASILIA, CENTRO  
CEP: 55435000 Município: SAO JOAO

UF: PE

**Termo de Responsabilidade:** Responsabilizo-me, sob as penas do Artigo 171 do Código Penal, pela veracidade da documentação apresentada para a solicitação do benefício acima descrito.  
Ciente, em 08 de outubro de 2019

Assinatura do Requerente / Representante Legal







Assinado eletronicamente por: JOAO CARLOS ANTUNES DE ANDRADE RALPH - 04/06/2020 15:56:31

https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20060415563192100000061871338

Número do documento: 20060415563192100000061871338



À SR. CARLA SIMONE GOMES COIFMAN  
SEGURO DPVAT  
RUA DR ESDRAS CABARLA LIMA, 105 – SANTO ANTONIO GARANHUNS / PE  
CEP: 55296-125

REF: DEVOLUÇÃO DE DOCUMENTOS

Prezada Senhora, Servimo-nos da presente para informar-lhe que recepcionamos os documentos referente ao pedido de indenização do Seguro DPVAT, o qual foi alvo de nossa maior atenção. Após verificação aos documentos apresentados, estamos devolvendo o processo, pois acidentes ocorridos fora do Território Nacional não tem cobertura pelo Seguro Dpvat.

Certos de sua compreensão, estamos à disposição para esclarecimentos que julgue necessários.

Cordialmente, Excelsior Seguros









Seguradora Líder - DPVAT

SEGURO DPVAT - PROTOCOLO DE RECEPÇÃO DE DOCUMENTOS

INVALIDEZ PERMANENTE E DAMS

### IDENTIFICAÇÃO

VITÍMA CARLA SIMONE GOMES COIFMAN  
DATA DO ACIDENTE 07.03.2019 CPF DA VÍTIMA 023.271.814-83  
PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO  
QUALIFICAÇÃO DO PORTADOR ☐ VÍTIMA ☒ REPRESENTANTE LEGAL, CUJO PARANTESCO COM A VÍTIMA É CÔNJUGE  
ENDEREÇO DO PORTADOR  
Nº \_\_\_\_\_ COMPLEMENTO \_\_\_\_\_ BAIRRO \_\_\_\_\_  
CIDADE \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_  
E-MAIL \_\_\_\_\_ TELEFONE (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_

MARQUE (X) PARA CADA DOCUMENTO ENTREGUE:

### DOCUMENTOS BÁSICOS - INVALIDEZ PERMANENTE

- ☐ REGISTRO DE OCORRÊNCIA EXPEDIDO PELA AUTORIDADE POLICIAL (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)
- ☐ CARTEIRA DE IDENTIDADE DA VÍTIMA OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ☐ CPF DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ☐ LAUDO DO IML (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)
- ☐ NA IMPOSSIBILIDADE DE APRESENTAR O LAUDO DO IML: DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML (ORIGINAL), ASSINADA PELA VÍTIMA E RELATÓRIO DO MÉDICO ASSISTENTE (ORIGINAL), QUE COMPROVE A EXISTÊNCIA DA INVALIDEZ PERMANENTE, COM A DATA DA ALTA DEFINITIVA
- ☐ BOLETIM DE ATENDIMENTO HOSPITALAR OU AMBULATORIAL (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ☐ COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA E/OU NOME DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)
- ☐ AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO / CRÉDITO DE INDENIZAÇÃO DA VÍTIMA (ORIGINAL), COM DOCUMENTOS QUE CONFIRMEM OS DADOS BANCÁRIOS, TALS COMO CÓPIA DE FOLHA DE CHEQUE OU CARTÃO BANCÁRIO

### DOCUMENTOS COMPLEMENTARES - INVALIDEZ PERMANENTE

- ☐ CARTEIRA DE IDENTIDADE DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER, OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ☐ CPF DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ☐ COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DA RESIDÊNCIA (ORIGINAL)

OBS: REPRESENTANTE LEGAL É QUEM REPRESENTA A VÍTIMA MENOR, DE 0 A 15 ANOS, PODE SER PAI OU MÃE

### DOCUMENTOS BÁSICOS - DAMS

- ☐ REGISTRO DE OCORRÊNCIA EXPEDIDO PELA AUTORIDADE POLICIAL (CÓPIA AUTENTICADA E LEGÍVEL)
- ☐ CARTEIRA DE IDENTIDADE DA VÍTIMA OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ☐ CPF DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ☐ RELATÓRIO DO MÉDICO ASSISTENTE, INFORMANDO AS LESÕES SOFRIDAS EM DECORRÊNCIA DO ACIDENTE E O TRATAMENTO REALIZADO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ☐ COMPROVANTES (ORIGINAIS E LEGÍVEIS) DAS DESPESAS MÉDICAS HOSPITALARES QUITADAS
- ☐ NOTAS FISCAIS (ORIGINAIS E LEGÍVEIS) DE FARMÁCIA ACOMPANHADAS DO RESPECTIVO RECEITUÁRIO MÉDICO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ☐ COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DA VÍTIMA (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)
- ☐ AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO / CRÉDITO DE INDENIZAÇÃO DA VÍTIMA (ORIGINAL), COM DOCUMENTOS QUE CONFIRMEM OS DADOS BANCÁRIOS, TALS COMO CÓPIA DE FOLHA DE CHEQUE OU CARTÃO BANCÁRIO

### DOCUMENTOS COMPLEMENTARES - DAMS

- ☐ CARTEIRA DE IDENTIDADE DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER, OU CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CERTIDÃO DE CASAMENTO OU CARTEIRA DE TRABALHO OU CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ☐ CPF DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL)
- ☐ COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME DO REPRESENTANTE LEGAL, SE HOUVER (CÓPIA SIMPLES E LEGÍVEL) OU DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA (ORIGINAL)

OBS: REPRESENTANTE LEGAL É QUEM REPRESENTA A VÍTIMA MENOR, DE 0 A 15 ANOS, PODE SER PAI OU MÃE

### INFORMAÇÕES IMPORTANTES

- \* MORTE = R\$ 13.500,00
- \* INVALIDEZ PERMANENTE = ATÉ R\$ 13.500,00. ESTE VALOR VARIA CONFORME A GRAVIDADE DAS LESÕES E DE ACORDO COM TABELA DE SEGURO PREVISTA NA LEI 6.194/74.
- \* DESPESAS MÉDICAS (DAMS) = REEMBOLSO ATÉ R\$ 2.700,00 (REEMBOLSO), ESTE VALOR VARIA CONFORME O TOTAL DE DESPESAS COMPROVADAS.

- \* O PRAZO PARA PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO É DE 30 DIAS CONTADOS A PARTIR DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO COMPLETA
- \* COM BASE NA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, PODERÃO SER SOLICITADOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES, COMO OS LISTADOS NESTE FORMULÁRIO
- \* PARA ACOMPANHAR O PEDIDO DE INDENIZAÇÃO, ACESSO [WWW.DPVATSEGURODOTRANSITO.COM.BR](http://WWW.DPVATSEGURODOTRANSITO.COM.BR) OU LIGUE GRÁTIS SAC DPVAT 0800 072 1204

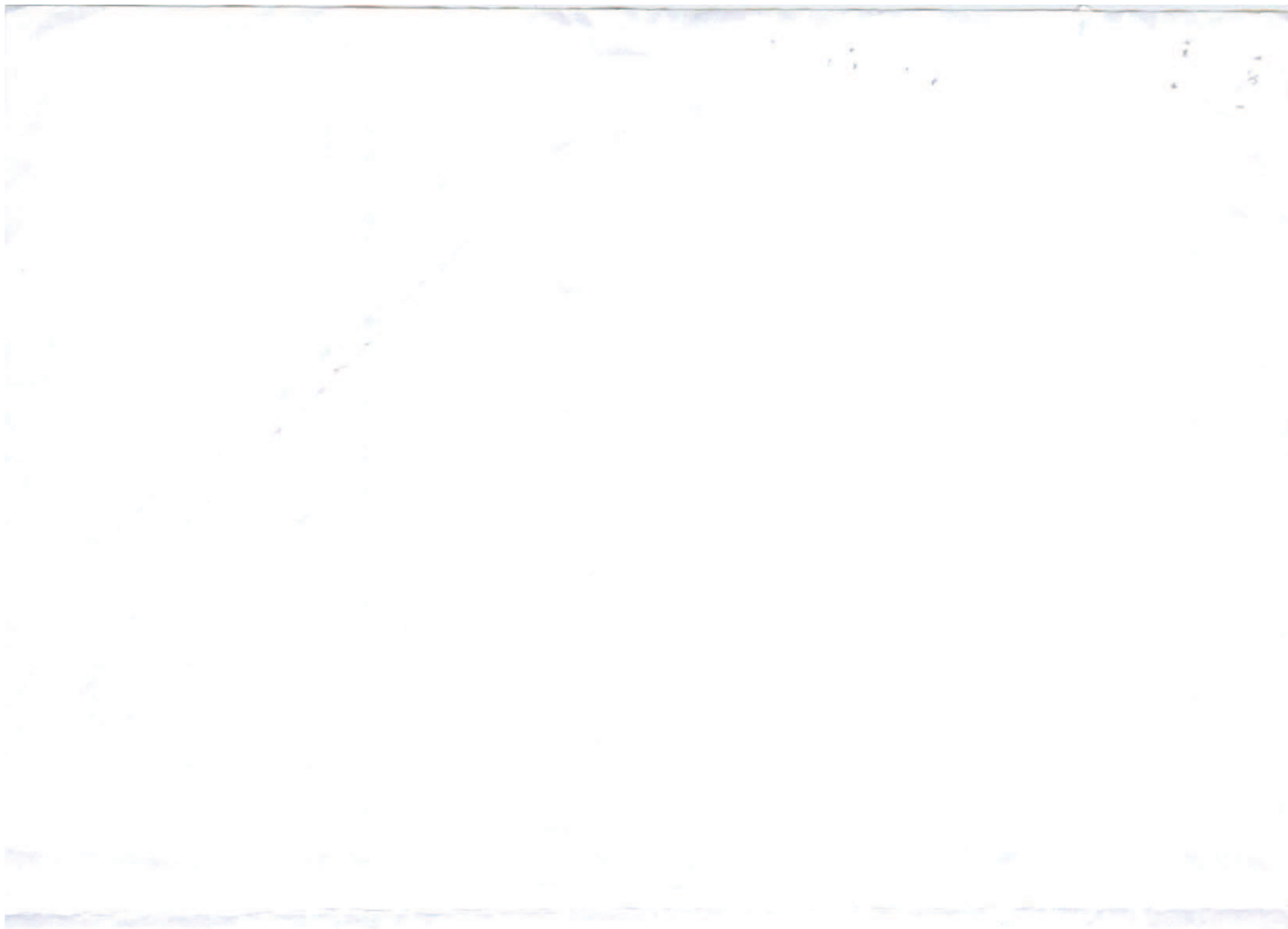
PORTADOR DA DOCUMENTAÇÃO ENTREGUE

RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO NA SEGURADORA

DATA 18/11/2019  
IDENTIDADE 4519565  
ASSINATURA João Carlos Antunes de Andrade Ralph

DATA \_\_\_\_\_  
NOME \_\_\_\_\_  
ASSINATURA \_\_\_\_\_







## PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Escolha o(s) tipo(s) de cobertura: ☐ DAMS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES) ☐ INVALIDEZ PERMANENTE ☐ MORTE

2 - Nº do sinistro ou ASL:

3 - CPF da vítima:

4 - Nome completo da vítima:

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO/REPRESENTANTE LEGAL) - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012

5 - Nome completo:

6 - CPF:

7 - Profissão:

8 - Endereço:

9 - Número:

10 - Complemento:

11 - Bairro:

12 - Cidade:

13 - Estado:

14 - CEP:

15 - E-mail:

16 - Tel. (DDD):

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (PAIS, TUTOR E CURADOR) PARA VÍTIMA/BENEFICIÁRIO MENOR ENTRE 0 A 15 ANOS OU INCAPAZ COM CURADOR

17 - Nome completo do Representante Legal:

18 - CPF do Representante Legal:

19 - Profissão do Representante Legal:

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

20 - RENDA MENSAL DO TITULAR DA CONTA:

☐ RECUSO INFORMAR

☐ R\$1.00 A R\$1.000,00

☐ R\$2.501,00 ATÉ R\$5.000,00

☐ SEM RENDA

☐ R\$1.001,00 ATÉ R\$2.500,00

☐ ACIMA DE R\$5.000,00

21 - DADOS BANCÁRIOS:

☐ BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO

☐ REPRESENTANTE LEGAL DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO (PAIS, CURADOR/TUTOR)

☐ CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção)

☐ Bradesco (237)

☐ Itaú (341)

☒ Banco do Brasil (001)

☐ Caixa Econômica Federal (104)

☒ CONTA CORRENTE (Todos os bancos)

Nome do BANCO:

AGÊNCIA:

0067

1

CONTA:

21299

7

AGÊNCIA:

CONTA:

(Informar o dígito se existir)

(Informar o dígito se existir)

(Informar o dígito se existir)

(Informar o dígito se existir)

Autorizo a Seguradora Líder a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconhecendo e dando, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido.

22 - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, uma vez que (assinalar uma das opções):

☐ Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou

☐ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou

☐ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Pelo motivo assinalado, solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, por invalidez permanente, com base na documentação apresentada, concordando, desde já, em me submeter à avaliação médica às custas da Seguradora Líder para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes de acidente de trânsito, conforme Lei 6.194/74, art. 3º, §1º, declarando que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.

DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

23 - Estado civil da vítima:

☐ Solteiro

☐ Casado (no Civil)

☐ Divorciado

☐ Separado Judicialmente

☐ Viúvo

24 - Data do óbito da vítima:

25 - Grau de Parentesco com a vítima:

26 - Vítima deixou companheiro(a):

☐ Sim

☐ Não

27 - Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo:

28 - Vítima teve filhos?

☐ Sim

☐ Não

29 - Se tinha filhos, informar Vivos:

Falecidos:

30 - Vítima deixou nascituro (vai nascer)?

☐ Sim

☐ Não

31 - Vítima teve irmãos?

☐ Sim

☐ Não

32 - Se tinha irmãos, informar Vivos:

Falecidos:

33 - Vítima deixou pais/avós vivos?

☐ Sim

☐ Não

Estou ciente de que a Seguradora Líder pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte àqueles beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

34

Impressão digital da vítima ou beneficiário não alfabetizado

35 - Nome legível de quem assina a rogo/a pedido

36 - CPF legível de quem assina a rogo/a pedido

37 - (\*) Assinatura de quem assina a rogo/a pedido

38 - 1ª | Nome: JOAO CARLOS ANTUNES DE ANDRADE RALPH

CPF: 008.078.934/88

Assinatura do testemunha

39 - 2ª | Nome:

CPF: 270.172.224/15

ERIVAN VIVIAN MORAES

Assinatura do testemunha

40 - Local e Data,

42 - Assinatura do Representante Legal (se houver)

41 - Assinatura da vítima/beneficiário (declarante)

43 - Assinatura do Procurador (se houver)

FPS.001 V002/2019



## INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO DO FORMULÁRIO PEDIDO DO SEGURO DPVAT

O formulário deverá ser preenchido (manuscrito ou eletronicamente) de forma completa e legível. É importante o preenchimento de todos os campos específicos a cobertura pleiteada.

### DADOS CADASTRAIS

01 a 16 Registro de informações cadastrais

Preencher corretamente de acordo com a documentação.

### DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

17 Nome completo do Representante Legal  
Preencher com o nome completo do representante legal (pais, tutor ou curador) sem abreviatura ou erro de digitação.

18 CPF do Representante Legal  
Preencher com o número de inscrição do representante legal no CPF.

19 Profissão do Representante Legal  
Preencher com a profissão do representante legal.  
No caso de não possuir profissão, declarar: "não possui".

### OBSERVAÇÃO IMPORTANTE SOBRE REPRESENTANTE LEGAL (PAIS, TUTOR E CURADOR):

Deverão ser representados:  
- Beneficiário/vítima com idade entre 0 e 15 anos pelos pais ou tutor, e o incapaz pelo curador. Neste caso, o formulário deverá ser preenchido com os dados do beneficiário/vítima e assinado somente pelo representante legal (no campo 42).  
- Beneficiário/vítima com idade entre 16 e 17 anos pelos pais ou tutor. Neste caso, o formulário deverá ser preenchido com os dados do beneficiário/vítima e assinado pelo representante legal (no campo 42).  
- Beneficiário/vítima e assinado pelo beneficiário/vítima (no campo 41) e seu representante legal (no campo 42).

### DADOS BANCÁRIOS

20 Renda Mensal do Titular da conta  
Assinalar uma das opções relacionadas a renda mensal do titular da conta informada para crédito da indenização.

21 Dados bancários  
Assinalar opção indicando "quem" é o titular da conta, o banco, agência e número da conta para o crédito da indenização.

### OBSERVAÇÃO IMPORTANTE PARA CRÉDITO DA INDENIZAÇÃO:

- O crédito da indenização somente será realizado em conta de titularidade da própria vítima/beneficiário. Não serão aceitas contas de terceiros, exceto em caso de pagamento para menores de 16 anos ou de pessoa incapaz, em que é admitida indicação de conta de titularidade do representante legal (pais, tutor ou curador).  
- Em caso de devolução de crédito em decorrência de fornecimento incorreto de dados bancários, indicação de conta com limite de movimentação bancária, conta fácil e conta de benefício, será necessária a apresentação de novo formulário do Pedido do Seguro DPVAT, com indicação de novos dados bancários.

### INVALIDEZ PERMANENTE

22 Declaração de Ausência de Laudo do IML  
Preencher somente para cobertura Invalidez Permanente. Assinalar a opção que melhor justifique a ausência de apresentação de Laudo do Instituto Médico Legal (IML).

### MORTE

23 a 33 Declaração de Únicos Beneficiários  
A falta de preenchimento correto das informações invalidará o formulário.

### NÃO ALFABETIZADO

34 Impressão digital da vítima ou beneficiário não alfabetizado  
Apor a impressão digital da vítima/beneficiário não alfabetizado.

35 Nome legível de quem assina a rogo/a pedido  
Preencher com o nome da pessoa indicada pelo não alfabetizado para assinar a rogo/a pedido.

36 CPF legível de quem assina a rogo/a pedido  
Preencher com o número do CPF da pessoa indicada para assinar a rogo/a pedido.

37 Assinatura de quem assina a rogo/a pedido  
Assinar o formulário conforme assinatura do documento de identidade.  
Necessário reconhecer firma da assinatura.

### OBSERVAÇÃO IMPORTANTE PARA BENEFICIÁRIO/VÍTIMA NÃO ALFABETIZADO:

- O não alfabetizado deverá escolher pessoa de sua confiança, alfabetizada, maior e capaz, para preencher e assinar o formulário, a seu rogo/a pedido, na presença de 02 (dois) testemunhas maiores e capazes, comprometendo-se a dar-lhe ciência do inteiro teor do conteúdo, antes do preenchimento e assinatura do Pedido do Seguro DPVAT.

### TESTEMUNHAS

38 1ª testemunha  
Preencher com o nome completo e número do CPF e assinatura da 1ª testemunha.

39 2ª testemunha  
Preencher com o nome completo e número do CPF e assinatura da 2ª testemunha.

OBSERVAÇÃO IMPORTANTE PARA APRESENTAÇÃO DE TESTEMUNHAS:  
- A apresentação de testemunha é imprescindível para a cobertura de morte e para beneficiários/vítimas não alfabetizados.

### ASSINATURAS DO FORMULÁRIO

40 Local e Data  
Preencher indicando o local e a data de preenchimento do formulário.

41 Assinatura da vítima/beneficiário (declarante)  
Assinatura da vítima/beneficiário da indenização conforme documento de identidade.

42 Assinatura do Representante legal (se houver)  
Assinatura do representante legal (pais, tutor, curador) conforme documento de identidade.

43 Assinatura do Procurador (se houver)  
Assinatura do procurador devidamente nomeado.

Para mais esclarecimentos, acesse o site [www.seguradorajldider.com.br](http://www.seguradorajldider.com.br) ou entre em contato através de um dos números abaixo:  
Central de Atendimento (para consultas sobre indenizações e prêmios): Capitais e regiões metropolitanas: 4020-1596 / Outras regiões: 0800 022 12 04 / Das 8h às 20h  
SAC (para dúvidas e reclamações) todos os dias da semana, 24h: 0800 022 8189  
Ouvidoria: 0800 021 91 35



**CARLA SIMONE GOMES COIFMAN**, brasileira, casada, aposentada, portadora da cédula de identidade nº. 4.616.021SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº. 023.271.814-88, residente e domiciliada na Rua Dr. Esdras Cabral Lima, nº. 105, Heliópolis, Garanhuns, Pernambuco, por seu procurador que esta subscreve, com escritório profissional situado na Rua Severiano Peixoto, nº 78 – A, sala 04, Centro, Garanhuns, Pernambuco, onde recebe as informações e publicações que se fizerem necessárias, vem, respeitosamente, ante Vossa Excelência, com fulcro nos arts. 318 e 373, II do Código de Processo Civil c/c lei 6194/74, com as modificações introduzidas pela lei 8.441/92, propor a presente

#### **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT**

Em desfavor de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, companhia de seguros participante do Consorcio de Seguradoras que operam o seguro de danos pessoais causados por veículo de via terrestre, localizada na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º, 6º, 9º, 14º e 15º Andares, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20.031-205 , pelas razões de fato e de direito adiante expostas:

#### **I - DOS FATOS**

Em 20 de Março de 2019, por volta das 08:00 horas da manhã, a Autora e seu esposo trafegavam com sua Motocicleta BMW, placa PCT 4953, na Rota nº 20, na altura do KM 448, na localidade de Encón, a 80 KM de San Juan, Argentina, quando foram atingidos pelo veículo Peugeot 208, de placa AA 1188 BN, conduzido pelo Sr. Diego Martin Bonilla que atravessou a via bruscamente, atingindo o casal. (B.O anexo).

Acionada a Autoridade competente, uma vez que houve vítima, onde foi gerado o Boletim de ocorrência tendo narrado o fato ocorrido.

Em decorrência da colisão, a Motocicleta na qual estava o casal foi completamente destruída, além da colisão ter ocasionado em ambos diversos danos físicos, devidamente comprovados por laudos médicos, sendo o mais grave a **AMPUTAÇÃO TRAUMÁTICA DE MEMBRO INFERIOR ESQUERDO (TODA A PERNA ESQUERDA) DA SRA. CARLA SIMONE** (laudos anexos)

Em laudo atualizado elaborado pelo HOSPITAL NOSSA SENHORA DO PEPETUO SOCORRO PODE-SE DIMENSIONAR A EXTENSÃO DAS LESÕES SOFRIDAS PELA AUTORA (DOC. ANEXO):

“Paciente Carla Simone Gomes Coifman, após ter sofrido grace TCE em 20 de





março de 2019, após acidente de trânsito com injúria vascular por oclusão da artéria vertebral direita com trauma cervical associado a trauma de abdome com rotura da bexiga e fratura da pelve, além de amputação traumática do membro inferior esquerdo ”.

Após ter dado entrada para recebimento do seguro DPVAT, a Demandante não recebeu NADA dos R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) a que tem direito, SOB A ABSURDA ALEGAÇÃO DE QUE O ACIDENTE SE DEU FORA DO TERRITÓRIO NACIONAL!!! (doc. Anexo) o que além de ferir as disposições da Lei 6.194/74, por meio da Lei 11.482, de 31/05/2007, vai de encontro a Jurisprudência dos Tribunais Pátrios:

**APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - ACIDENTE OCORRIDO FORA DO TERRITÓRIO NACIONAL - COBERTURA SECURITÁRIA DEVIDA – RECURSO DESPROVIDO.** Conforme o entendimento já consolidado nesta Corte, o DPVAT tem natureza jurídica obrigacional e nos termos do disposto no artigo 9º, caput, da LICC a lei aplicável é a do país em que a obrigação se constituiu. Assim, aplica-se a lei brasileira, pouco importando o local do sinistro, o que determina ser devida a indenização nestas hipóteses, restando comprovada a lesão incapacitante, por meio de laudo pericial. (TJ-MS - AC: 08008905420188120004 MS 0800890-54.2018.8.12.0004, Relator: Des. Fernando Mauro Moreira Marinho, Data de Julgamento: 13/09/2019, 2ª Câmara Cível, **Data de Publicação: 19/09/2019**)

**APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. MORTE. ACIDENTE OCORRIDO FORA DO TERRITÓRIO NACIONAL. INDENIZAÇÃO DEVIDA. BOLETIM DE Ocorrência. DESNECESSIDADE, NO CASO.** 1. A ausência do boletim de ocorrência, por si só, não afasta o dever de cobertura. Tendo sido comprovado o nexo de causalidade entre o evento morte e o sinistro ocorrido, de ser responsabilizada a parte ré pelo pagamento da indenização correspondente ao seguro DPVAT. 2. Em que pese o acidente de trânsito tenha ocorrido em território estrangeiro, tal fato não afasta o direito da parte em receber o seguro DPVAT. Relação obrigacional constituída em território nacional, apenas implementando-se a condição suspensiva em local distinto. Inteligência do art. 9º da LICCB. Indenização devida. RECURSO DESPROVIDO. (Apelação Cível Nº 70075163667, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 26/06/2018).(TJ-RS - AC: 70075163667 RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Data de Julgamento: 26/06/2018, Quinta Câmara Cível, Data de Publicação: **Diário da Justiça do dia 29/06/2018**)

**AGRAVO DE INSTRUMENTO. SEGURO. DPVAT. DECISÃO PARCIAL DE MÉRITO. ACIDENTE DE TRÂNSITO OCORRIDO EM TERRITÓRIO ESTRANGEIRO. COBERTURA DEVIDA.** Em que pese o acidente de trânsito tenha ocorrido fora do território nacional (em Rivera/Uruguai), não há falar em ausência de cobertura do seguro DPVAT, uma vez que inexiste esta limitação na lei que rege o seguro, bem como pelo fato de que a relação obrigacional foi constituída em território nacional, o que faz incidir o disposto no art. 9º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. (Agravado de Instrumento Nº 70076281286, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Lusmary Fatima Turelly da Silva, Julgado em 25/04/2018).(TJ-RS - AI: 70076281286 RS, Relator: Lusmary Fatima Turelly da Silva, Data de Julgamento: 25/04/2018, Quinta Câmara Cível, Data de Publicação: **Diário da Justiça do dia 02/05/2018**)



**APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. AÇÃO DE COBRANÇA. DPVAT. ACIDENTE OCORRIDO FORA DO TERRITÓRIO NACIONAL. COBERTURA SECURITÁRIA DEVIDA. MORTE. TETO INDENIZATÓRIO.** Preliminar. Ausência de requerimento administrativo prévio. Não é necessário o esgotamento das vias administrativas para ingressar com demanda judicial. Preliminar rejeitada. Mérito. Conforme o entendimento já consolidado nesta Casa, o DPVAT tem natureza jurídica obrigacional e, nos termos do disposto no artigo 9º, caput, da LICC a lei aplicável é a do país em que a obrigação se constituiu. Assim, aplica-se a lei brasileira, pouco importando o local do sinistro. Indenização devida. Precedentes jurisprudenciais. Sentença mantida. **NEGARAM PROVIMENTO AO APELO. UNÂNIME.** (Apelação Cível Nº 70073531345, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luís Augusto Coelho Braga, Julgado em 24/08/2017). (TJ-RS - AC: 70073531345 RS, Relator: Luís Augusto Coelho Braga, Data de Julgamento: 24/08/2017, Sexta Câmara Cível, Data de Publicação: **Diário da Justiça do dia 31/08/2017**)

**APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. AÇÃO DE COBRANÇA. DPVAT. ACIDENTE OCORRIDO FORA DO TERRITÓRIO NACIONAL. COBERTURA SECURITÁRIA DEVIDA. MORTE. TETO INDENIZATÓRIO.** Preliminar. Ausência de requerimento administrativo prévio. Não é necessário o esgotamento das vias administrativas para ingressar com demanda judicial. Preliminar rejeitada. Mérito. Conforme o entendimento já consolidado nesta Casa, o DPVAT tem natureza jurídica obrigacional e, nos termos do disposto no artigo 9º, caput, da LICC a lei aplicável é a do país em que a obrigação se constituiu. Assim, aplica-se a lei brasileira, pouco importando o local do sinistro. Indenização devida. Precedentes jurisprudenciais. Sentença mantida. **NEGARAM PROVIMENTO AO APELO. UNÂNIME.** (Apelação Cível Nº 70073531345, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luís Augusto Coelho Braga, Julgado em 24/08/2017). (TJ-RS - AC: 70073531345 RS, Relator: Luís Augusto Coelho Braga, Data de Julgamento: 24/08/2017, Sexta Câmara Cível, Data de Publicação: **Diário da Justiça do dia 31/08/2017**)

Resta claro, Excelência, que em razão do acidente de trânsito, foi causado a Autora uma debilidade permanente, conforme laudos em anexo, atestando os vários transtornos e incômodos que o acidente trouxe para a sua vida pessoal e profissional.

Por este motivo o Autor deveria ter recebido o teto máximo estabelecido para constatação de invalidez permanente, que é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Portanto, faz jus o autor do recebimento pela Ré do pagamento do valor integral do seguro, devendo a seguradora Ré pagar a soma de R\$ 13.500,00 (treze mil quinhentos reais).

### III – DO DIREITO

O Seguro DPVAT foi criado no ano de 1974 pela Lei Federal nº 6.194/74, modificada pelas Leis 8.441/92, 11.482/07 e 11.945/09, que determina que todos os veículos automotores, paguem anualmente uma taxa que garante, na ocorrência de acidentes, o recebimento de indenização tanto no caso de ferimento quanto no caso de morte.





Em conformidade com o art. 3º da lei nº. 6.194/74, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar.

“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementar, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação determinada na Lei nº 11.945, de 4.6.2009, DOU 5.6.2009, com efeitos a partir de 16.12.2008)

Desta feita, trata-se a presente ação de cobrança de seguro obrigatório, matéria disciplinada por Lei 11.482/2007, que atribuiu, em seu art. 8º, novo valor para indenizações em caso de invalidez permanente que é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

No caso dos autos, conforme laudos em anexo, comprovam o acidente sofrido pelo Demandante, o qual lhe proporcionou uma **DEBILIDADE PERMANENTE NO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO**.

Ora Douto Magistrado, foram apresentados todos os documentos requeridos pela seguradora Ré, tanto os do local do acidente (Argentina) como os produzidos pelos vários Hospitais ( Santa Joana, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro) e serviços de HOME CARE que até a presente data atendem a Sra. Carla Simone, estes em território nacional, para onde a mesma foi transferido quando teve condições clínicas, pois, ficara vários dias no CTI do Hospital para onde foi inicialmente socorrido, todos comprovando a invalidez permanente. Desta forma, não há motivo que justifique o NÃO pagamento do seguro recebido pela Autora.

Os valores de indenização por cobertura são os constantes da tabela abaixo, valores estes fixados na Lei 6.194/74, por meio da Lei 11.482, de 31/05/2007:

Morte	R\$ 13.500,00
<b>Invalidez Permanente (1)</b>	<b>até R\$ 13.500,00</b>
Reembolso de Despesas Médicas e Hospitalares (DAMS) (2)	até R\$ 2.700,00

**Desta forma a seguradora Ré infringiu a lei, lesando a Autora quando lhe negou o pagamento do real valor do seguro a que este faz jus.**

Aliás, muito cômodo para a seguradora ré essas negativas, pois não sofre nenhuma sanção por parte do poder público, mesmo quando atua dolosamente contra a lei, ao passo que arrecada uma volumosa soma de todos os proprietários de veículos do país.

No caso dos autos o Demandante não recebeu a quantia de R\$ 13.500,00, que é o valor correspondente para este tipo de lesão “*debilidade permanente do membro inferior*”.

A jurisprudência é pacífica no sentido da procedência do pleito, consoante se percebe dos julgados do Colendo STJ:

CIVIL – SEGURO OBRIGATÓRIO – VEÍCULO NÃO IDENTIFICADO – ACIDENTE ANTERIOR À MODIFICAÇÃO DA LEI 6.194/74 PELA LEI 8.441/92 –



RESPONSABILIDADE DE QUALQUER SEGURADORA – A indenização devida a pessoa vitimada, decorrente do chamado Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), se não identificado o veículo, pode ser cobrada de qualquer seguradora que opere no complexo, mesmo tendo ocorrido o acidente previamente à modificação da Lei 6.194/74 pela Lei 8.441/92 e antes da formação do consórcio de seguradoras. – Recurso não conhecido. (STJ – RESP 207630 – ES – 4ª T. – Rel. Min. Cesar Asfor Rocha – DJU 05.03.2001 – p. 00169).

RECURSO ESPECIAL – AÇÃO DE COBRANÇA – SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT – VEÍCULO CAUSADOR DO ACIDENTE IDENTIFICADO – 1. "Qualquer seguradora responde pelo pagamento da indenização em virtude do seguro obrigatório, pouco importando que o veículo esteja a descoberto, eis que a responsabilidade em tal caso decorre do próprio sistema legal de proteção, ainda que esteja o veículo identificado, tanto que a Lei comanda que a seguradora que comprovar o pagamento da indenização pode haver do responsável o que efetivamente pagou" (RESP nº 68.146/SP, 3ª Turma, da minha relatoria, DJ de 17/08/98). 2. Recurso Especial conhecido e provido. (STJ – RESP 325300 – ES – 3ª T. – Rel. p/o Ac. Min. Carlos Alberto Menezes Direito – DJU 01.07.2002)

Portanto, a Demandante faz jus a receber uma indenização completa no total de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que corresponde a 100% referente ao valor da quantia que faz jus.

Tendo em vista que a autora foi diligente quanto as provas de suas alegações, conforme dispõe o art. 373, inciso I do CPC, requer que seja determinado por este Juízo as disposições do art. 373, inciso II a seguradora ré em caso desta negar o direito do autor.

Art. 373. O ônus da prova incumbe:

I-.....

II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

#### IV - DOS PEDIDOS

Isto posto requer:

- a) Seja citada a requerida, via correio (art. 246 do CPC), no endereço constante do preâmbulo, para que, querendo, ofereça resposta, pena de confissão e revelia (art. 344 do CPC);
- b) Seja julgada procedente a ação, condenando-se a requerida ao pagamento total do Seguro Obrigatório DPVAT, no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), acrescido dos juros legais à taxa de 1% ao mês, tudo corrigido monetariamente, até o efetivo pagamento;
- c) Seja a Requerida condenada ainda ao pagamento de honorários advocatícios, estes no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação;
- d) Por tratar-se de matéria exclusivamente de direito, seja dispensada audiência de instrução, julgando-se antecipadamente a lide;





## V - DAS PROVAS

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitido, inclusive depoimento pessoal do Réu, prova testemunhal, documental e pericial.

## VI - DA PERÍCIA

Nesta oportunidade, o Autor oferece os seguintes quesitos para o exame médico:

1. Qual o tipo de lesão sofrida pelo Autor em decorrência do acidente mencionado na petição inicial?
1. As lesões sofridas são compatíveis com os fatos narrados na inicial e com os laudos anexadas aos autos?
1. Qual foi o tratamento médico aplicado ao Autor?
1. Em razão do acidente e do tempo de recuperação, por quanto tempo o Autor ficou impossibilitada de exercer sua profissão?
1. Quais as seqüelas físicas da lesão (esclarecendo se temporárias ou permanentes)?
1. Havendo seqüelas, qual(is) o(s) tratamento(s) recomendado(s) para corrigi-la(s) ou atenuá-la(s)? Qual(is) seu(s) custo(s) médio(s) ?
1. Há algum outro ponto que o Sr. Perito repute relevante sobre o exame pericial realizado?

## VII - DO VALOR DA CAUSA

Dá-se a causa do valor de o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Termos em que,  
Pede deferimento.  
Garanhuns 04 de Junho de 2020.

**JOÃO RALPH**  
**OAB/PE 26.267**



MERITÍSSIMO JUÍZO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GARANHUNS - PE

CARLA SIMONE GOMES COIFMAN, já devidamente qualificada nos autos do processo, vem a presença de Vossa Excelência informar que QUANDO DA DISTRIBUIÇÃO SA PRESENTE AÇÃO, O SISTEMA NÃO QUALIFICOU O POLO PASSIVO, E TENDO EM VISTA QUE SEU PROCURADOR NÃO TEM COMO FAZER TAL ALTERAÇÃO NO SISTEMA PJE, E POR QUESTÃO DE CELERIDADE, REQUER DESTE DOUTO JUÍZO QUE DETERMINE A INCLUSÃO DA:

**SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, companhia de seguros participante do Consorcio de Seguradoras que operam o seguro de danos pessoais causados por veículo de via terrestre, CNPJ/MF: Nº 09.248.608/0001-04 localizada na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º, 6º, 9º, 14º e 15º Andares, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20.031-205; NO POLO PASSIVO DA PRESENTE DEMANDA. Ato contínuo, requer que seja determinada sua citação no endereço supra citado.

Pede deferimento.

Garanhuns 04 de junho de 2020.

João Ralph  
OAB/PE 26.267





## MERITÍSSIMO JUÍZO DA 1ª VARA CÍVEL DE GARANHUNS-PE

Processo: 0003098-81.2020.8.17.2640

**CARLA SIMONE GOMES COIFMAN**, brasileira, casada, aposentada, portadora da cédula de identidade nº. 4.616.021SSP/PE, inscrita no CPF/MF sob o nº. 023.271.814-88, residente e domiciliada na Rua Dr. Esdras Cabral Lima, nº. 105, Heliópolis, Garanhuns, Pernambuco, por intermédio de seu advogado e procurador, que esta subscreve, com escritório profissional situado na Rua Severiano Peixoto, nº 78 – A, sala 04, Centro, Garanhuns, Pernambuco, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, com fulcro nos arts. 318 e 373, II, do Código de Processo Civil c/c lei 6194/74, com as modificações introduzidas pela lei 8.441/92, propor a presente

### **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT**

em desfavor da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, companhia de seguros, participante do Consorcio de Seguradoras, que opera o seguro de danos pessoais causados por veículo de via terrestre, localizada na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º, 6º, 9º, 14º e 15º Andares, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20.031-205, pelas razões de fato e de direito adiante expostas:

### **PRELIMINARMENTE**

É claro o entendimento do art. 329, I, do CPC, que discorre sobre alterar ou aditar a petição inicial, uma vez que não foi efetivada a citação do réu.

***I - até a citação, aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir, independentemente de consentimento do réu;***

Desse modo, **requer a desconsideração das petições no ID 63018229 e ID 63019661**

### **I - DOS FATOS**

Em 07 de Março de 2019, por volta das 08:00h da manhã, a Autora e seu esposo trafegavam com sua Motocicleta BMW, devidamente matriculada e regularizada no Brasil, placa PCT 4953, na Rota nº 20, na altura do KM 448, na localidade de Encón, a 80 KM de San Juan, Argentina, quando foram atingidos pelo veículo Peugeot 208, placa AA 1188 BN, conduzido pelo Sr. Diego Martin Bonilla que atravessou a via bruscamente, atingindo o casal. (B.O anexo).

Diante disso, a Autoridade competente foi acionada, uma vez que houve vítima, onde foi gerado o Boletim de Ocorrência – BO e narrado o fato ocorrido.



Em decorrência da colisão, a Motocicleta, na qual estava o casal, foi completamente destruída, além de a colisão ter ocasionado, em ambos, diversos danos físicos, devidamente comprovados por laudos médicos, sendo o mais grave a **AMPUTAÇÃO TRAUMÁTICA DE MEMBRO INFERIOR ESQUERDO (TODA A PERNA ESQUERDA) DA SRA. CARLA SIMONE GOMES COIFMAN**, ora Autora, **E OUTROS DANOS TRAUMÁTICOS**, conforme laudos anexos. Consoante laudo atualizado do **HOSPITAL NOSSA SENHORA DO PEPETUO SOCORRO**, **PODE-SE DIMENSIONAR A EXTENSÃO DAS LESÕES SOFRIDAS PELA AUTORA** (Doc em anexo):

***“Paciente Carla Simone Gomes Coifman, após ter sofrido grace TCE em 20 de março de 2019, após acidente de trânsito com injúria vascular por oclusão da artéria vertebral direita com trauma cervical associado a trauma de abdome com rotura da bexiga e fratura da pelve, além de amputação traumática do membro inferior esquerdo”.*** (grifo nosso)

Desta feita, a autora deu entrada para recebimento do seguro DPVAT, **TODAVIA não recebeu o valor a que tem direito**, no montante de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), **SOB A ABSURDA ALEGAÇÃO DE QUE O ACIDENTE SE DEU FORA DO TERRITÓRIO NACIONAL!!!** (doc. Anexo)

Por sua vez, Excelência, resta claro que, em razão do acidente de trânsito, foi causada à Autora uma debilidade permanente, conforme laudos anexos, atestando ainda os vários transtornos e incômodos que o acidente trouxe para a sua vida pessoal e profissional.

Desse modo, a Autora vem pleitear ao Poder Judiciário o reconhecimento do seu direito, **diante da constatação de invalidez permanente**, bem como o pagamento à autora, por parte da seguradora ré, do valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

### **III – DO DIREITO**

O Seguro DPVAT foi criado no ano de 1974, pela Lei Federal nº 6.194/74, modificada pelas Leis 8.441/92, 11.482/07 e 11.945/09, que determina que todos os veículos automotores, paguem anualmente uma taxa que garante, na ocorrência de acidentes, o recebimento de indenização tanto no caso de ferimento quanto no caso de morte.

Em conformidade com o art. 3º da lei nº. 6.194/74, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar.

***“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementar, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação determinada na Lei nº 11.945, de 4.6.2009, DOU 5.6.2009, com efeitos a partir de 16.12.2008)***

Desta feita, trata-se a presente ação de cobrança de seguro obrigatório, matéria disciplinada por Lei 11.482/2007, que **atribuiu, em seu art. 8º, novo valor para indenizações em caso de invalidez permanente que é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos**





[reais](#)).

No vertente caso, conforme laudos anexos, comprova-se o acidente sofrido pela autora, o qual lhe proporcionou uma **DEBILIDADE PERMANENTE NO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO**.

Ademais, Douto Magistrado, foram apresentados todos os documentos requeridos pela seguradora ré, tanto os do local do acidente (Argentina) como os produzidos pelos vários Hospitais (Santa Joana, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro) e serviços de HOME CARE, que até a presente data atendem a Sra. Carla Simone, todos comprovando a invalidez permanente.

Desta forma, não há motivo que justifique o indeferimento e não pagamento do seguro, que é devido à Autora.

Os valores de indenização são os constantes da tabela, na Lei 6.194/74, referentes à morte, à invalidez permanente e às despesas médicas, conforme abaixo discriminado:

*I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;*

***II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;***

*III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (grifo nosso)*

Desse modo, a seguradora Ré, além de infringir as disposições legais, vai de encontro ao entendimento dos Tribunais Pátrios, lesando a Autora ao direito que lhe é devido.

No caso em comento, **a jurisprudência é pacífica**, quanto à questão de acidentes ocorridos fora do território nacional, senão vejamos:

**APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - ACIDENTE OCORRIDO FORA DO TERRITÓRIO NACIONAL - COBERTURA SECURITÁRIA DEVIDA – RECURSO DESPROVIDO.** *Conforme o entendimento já consolidado nesta Corte, o DPVAT tem natureza jurídica obrigacional e nos termos do disposto no artigo 9º, caput, da LICC a lei aplicável é a do país em que a obrigação se constituiu. Assim, aplica-se a lei brasileira, pouco importando o local do sinistro, o que determina ser devida a indenização nestas hipóteses, restando comprovada a lesão incapacitante, por meio de laudo pericial. (TJ-MS - AC: 08008905420188120004 MS 0800890-54.2018.8.12.0004, Relator: Des. Fernando Mauro Moreira Marinho, Data de Julgamento: 13/09/2019, 2ª Câmara Cível, Data de Publicação: 19/09/2019)*

**APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. MORTE. ACIDENTE OCORRIDO FORA DO TERRITÓRIO NACIONAL. INDENIZAÇÃO DEVIDA. BOLETIM DE OCORRÊNCIA. DESNECESSIDADE, NO CASO.** *1. A ausência do boletim de ocorrência, por si só, não afasta o dever de cobertura. Tendo sido comprovado o nexo de causalidade entre o evento morte e o*



*sinistro ocorrido, de ser responsabilizada a parte ré pelo pagamento da indenização correspondente ao seguro DPVAT. 2. Em que pese o acidente de trânsito tenha ocorrido em território estrangeiro, tal fato não afasta o direito da parte em receber o seguro DPVAT. Relação obrigacional constituída em território nacional, apenas implementando-se a condição suspensiva em local distinto. Inteligência do art. 9º da LICCB. Indenização devida. RECURSO DESPROVIDO. (Apelação Cível Nº 70075163667, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 26/06/2018).(TJ-RS - AC: 70075163667 RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Data de Julgamento: 26/06/2018, Quinta Câmara Cível, Data de Publicação: **Diário da Justiça do dia 29/06/2018**)*

**AGRAVO DE INSTRUMENTO. SEGURO. DPVAT. DECISÃO PARCIAL DE MÉRITO. ACIDENTE DE TRÂNSITO OCORRIDO EM TERRITÓRIO ESTRANGEIRO. COBERTURA DEVIDA.** *Em que pese o acidente de trânsito tenha ocorrido fora do território nacional (em Rivera/Uruguai), não há falar em ausência de cobertura do seguro DPVAT, uma vez que inexiste esta limitação na lei que rege o seguro, bem como pelo fato de que a relação obrigacional foi constituída em território nacional, o que faz incidir o disposto no art. 9º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. (Agravo de Instrumento Nº 70076281286, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Lusmary Fatima Turelly da Silva, Julgado em 25/04/2018).(TJ-RS - AI: 70076281286 RS, Relator: Lusmary Fatima Turelly da Silva, Data de Julgamento: 25/04/2018, Quinta Câmara Cível, Data de Publicação: **Diário da Justiça do dia 02/05/2018**)*

**APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. AÇÃO DE COBRANÇA. DPVAT. ACIDENTE OCORRIDO FORA DO TERRITÓRIO NACIONAL. COBERTURA SECURITÁRIA DEVIDA. MORTE. TETO INDENIZATÓRIO.** *Preliminar. Ausência de requerimento administrativo prévio. Não é necessário o esgotamento das vias administrativas para ingressar com demanda judicial. Preliminar rejeitada. Mérito. Conforme o entendimento já consolidado nesta Casa, o DPVAT tem natureza jurídica obrigacional e, nos termos do disposto no artigo 9º, caput, da LICC a lei aplicável é a do país em que a obrigação se constituiu. Assim, aplica-se a lei brasileira, pouco importando o local do sinistro. Indenização devida. Precedentes jurisprudenciais. Sentença mantida. NEGARAM PROVIMENTO AO APELO. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº 70073531345, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luís Augusto Coelho Braga, Julgado em 24/08/2017).(TJ-RS - AC: 70073531345 RS, Relator: Luís Augusto Coelho Braga, Data de Julgamento: 24/08/2017, Sexta Câmara Cível, Data de Publicação: **Diário da Justiça do dia 31/08/2017**)*

**APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. AÇÃO DE COBRANÇA. DPVAT. ACIDENTE OCORRIDO FORA DO TERRITÓRIO NACIONAL. COBERTURA SECURITÁRIA DEVIDA. MORTE. TETO INDENIZATÓRIO.** *Preliminar. Ausência de requerimento administrativo prévio. Não é necessário o esgotamento das vias administrativas para ingressar com demanda judicial. Preliminar rejeitada. Mérito. Conforme o entendimento já consolidado nesta Casa, o DPVAT tem natureza jurídica obrigacional e, nos termos do disposto no artigo 9º, caput, da LICC a lei aplicável é a do país em que a obrigação se constituiu. Assim, aplica-se a lei brasileira, pouco importando o local do sinistro. Indenização devida. Precedentes jurisprudenciais. Sentença mantida. NEGARAM PROVIMENTO AO APELO. UNÂNIME. (Apelação Cível Nº*





70073531345, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luís Augusto Coelho Braga, Julgado em 24/08/2017).(TJ-RS - AC: 70073531345 RS, Relator: Luís Augusto Coelho Braga, Data de Julgamento: 24/08/2017, Sexta Câmara Cível, Data de Publicação: **Diário da Justiça do dia 31/08/2017**)

Destarte, a autora faz jus a receber a indenização, no total de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), uma vez que **restou demonstrado e comprovado o nexó causal, existente entre o acidente automobilístico e a lesão de caráter permanente**, impondo-se, desse modo, à seguradora o dever de indenizar.

#### **IV - DOS PEDIDOS**

Isto posto, requer:

- a) Seja citada a ré, via correio (art. 246 do CPC), no endereço constante do preâmbulo, para que, querendo, ofereça resposta, pena de confissão e revelia (art. 344 do CPC);
- b) Seja julgada procedente a ação, condenando-se a ré ao pagamento total do Seguro Obrigatório DPVAT, no valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), acrescido dos juros legais à taxa de 1% ao mês, tudo corrigido monetariamente, até o efetivo pagamento;
- c) Seja a ré condenada, ainda, ao pagamento de honorários advocatícios, no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação;
- d) Por tratar-se de matéria exclusivamente de direito, seja dispensada audiência de instrução, julgando-se antecipadamente a lide;

#### **V - DAS PROVAS**

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitido, inclusive depoimento pessoal do Réu, prova testemunhal, documental e pericial.

#### **VI - DA PERÍCIA**

Nesta oportunidade, o Autor oferece os seguintes quesitos para o exame médico:

1. Qual o tipo de lesão sofrida pelo Autor em decorrência do acidente mencionado na petição inicial?
1. As lesões sofridas são compatíveis com os fatos narrados na inicial e com os laudos anexados aos autos?
1. Qual foi o tratamento médico aplicado ao Autor?
1. Em razão do acidente e do tempo de recuperação, por quanto tempo o Autor ficou impossibilitada de exercer sua profissão?



1. Quais as seqüelas físicas da lesão (esclarecendo se temporárias ou permanentes)?
1. Havendo seqüelas, qual(is) o(s) tratamento(s) recomendado(s) para corrigi-la(s) ou atenuá-la(s)? Qual(is) seu(s) custo(s) médio(s) ?
1. Há algum outro ponto que o Sr. Perito reputa relevante sobre o exame pericial realizado?

Dá-se a causa do valor de o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Termos em que,  
Pede deferimento e espera deferimento.  
Garanhuns 09 de Junho de 2020.

---

JOÃO RALPH – OAB/PE 26.267

---

SÉRGIO COIFMAN – OAB/PE 30.118





**MERITÍSSIMO JUÍZO DA 1ª VARA CÍVEL DE GARANHUNS-PE**

Processo: 0003098-81.2020.8.17.2640

**CARLA SIMONE GOMES COIFMAN**, brasileira, casada, aposentada, portadora da cédula de identidade nº. 4.616.021SSP/PE, inscrita no CPF/MF sob o nº. 023.271.814-88, residente e domiciliada na Rua Dr. Esdras Cabral Lima, nº. 105, Heliópolis, Garanhuns, Pernambuco, por intermédio de seu advogado e procurador, que esta subscreve, com escritório profissional situado na Rua Severiano Peixoto, nº 78 - A, sala 04, Centro, Garanhuns, Pernambuco, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, com fulcro nos arts. 318 e 373, II, do Código de Processo Civil c/c lei 6194/74, com as modificações introduzidas pela lei 8.441/92, propor a presente

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT**

em desfavor da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, companhia de seguros, participante do Consorcio de Seguradoras, que opera o seguro de danos pessoais causados por veículo de via terrestre, localizada na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º Andares, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 20.031-205, pelas razões de fato e de direito adiante expostas:



## **PRELIMINARMENTE**

É claro o entendimento do art. 329, I, do CPC, que discorre sobre alterar ou aditar a petição inicial, uma vez que não foi efetivada a citação do réu.

*I - até a citação, aditar ou alterar o pedido ou a causa de pedir, independentemente de consentimento do réu;*

Desse modo, **requer a desconsideração das petições no ID 63018229 e ID 63019661**

## **I - DOS FATOS**

---

Em 07 de Março de 2019, por volta das 08:00h da manhã, a Autora e seu esposo trafegavam com sua Motocicleta BMW, devidamente matriculada e regularizada no Brasil, placa PCT 4953, na Rota nº 20, na altura do KM 448, na localidade de Encón, a 80 KM de San Juan, Argentina, quando foram atingidos pelo veículo Peugeot 208, placa AA 1188 BN, conduzido pelo Sr. Diego Martin Bonilla que atravessou a via bruscamente, atingindo o casal. (B.O anexo).

Diante disso, a Autoridade competente foi acionada, uma vez que houve vítima, onde foi gerado o Boletim de Ocorrência - BO e narrado o fato ocorrido.

Em decorrência da colisão, a Motocicleta, na qual estava o casal, foi completamente destruída, além de a colisão ter ocasionado, em ambos, diversos danos físicos, devidamente comprovados por laudos médicos, sendo o mais grave a **AMPUTAÇÃO TRAUMÁTICA DE MEMBRO INFERIOR ESQUERDO (TODA A PERNA ESQUERDA) DA SRA. CARLA SIMONE GOMES COIFMAN,** ora





Autora, **E OUTROS DANOS TRAUMÁTICOS, conforme** laudos anexos.

Consoante laudo atualizado do **HOSPITAL NOSSA SENHORA DO PEPETUO SOCORRO, PODE-SE DIMENSIONAR A EXTENSÃO DAS LESÕES SOFRIDAS PELA AUTORA** (Doc em anexo):

*"Paciente **Carla Simone Gomes Coifman**, após ter sofrido grace TCE em 20 de março de 2019, após **acidente de trânsito com injúria vascular por oclusão da artéria vertebral direita com trauma cervical associado a trauma de abdome com rotura da bexiga e fratura da pelve, além de amputação traumática do membro inferior esquerdo**". (grifo nosso)*

Desta feita, a autora deu entrada para recebimento do seguro DPVAT, **TODAVIA não recebeu o valor a que tem direito**, no montante de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), **SOB A ABSURDA ALEGAÇÃO DE QUE O ACIDENTE SE DEU FORA DO TERRITÓRIO NACIONAL!!!** (doc. Anexo)

Por sua vez, Excelência, resta claro que, em razão do acidente de trânsito, foi causada à Autora uma debilidade permanente, conforme laudos anexos, atestando ainda os vários transtornos e incômodos que o acidente trouxe para a sua vida pessoal e profissional.

Desse modo, a Autora vem pleitear ao Poder Judiciário o reconhecimento do seu direito, **diante da constatação de invalidez permanente**, bem como o pagamento à autora, por parte da seguradora ré, do valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

### **III - DO DIREITO**

---



O Seguro DPVAT foi criado no ano de 1974, pela Lei Federal nº 6.194/74, modificada pelas Leis 8.441/92, 11.482/07 e 11.945/09, que determina que todos os veículos automotores, paguem anualmente uma taxa que garante, na ocorrência de acidentes, o recebimento de indenização tanto no caso de ferimento quanto no caso de morte.

Em conformidade com o art. 3º da lei nº. 6.194/74, os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar.

"Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementar, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: (Redação determinada na Lei nº 11.945, de 4.6.2009, DOU 5.6.2009, com efeitos a partir de 16.12.2008)"

Desta feita, trata-se a presente ação de cobrança de seguro obrigatório, matéria disciplinada por Lei 11.482/2007, que atribuiu, em seu art. 8º, novo valor para indenizações em caso de invalidez permanente que é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

No vertente caso, conforme laudos anexos, comprova-se o acidente sofrido pela autora, o qual lhe proporcionou uma **DEBILIDADE PERMANENTE NO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO**.

Ademais, Douto Magistrado, foram apresentados todos os documentos requeridos pela seguradora ré, tanto os do local do acidente (Argentina) como os produzidos pelos vários Hospitais (Santa Joana, Nossa Senhora do Perpétuo Socorro) e



serviços de HOME CARE, que até a presente data atendem a Sra. Carla Simone, todos comprovando a invalidez permanente.

Desta forma, não há motivo que justifique o indeferimento e não pagamento do seguro, que é devido à Autora.

Os valores de indenização são os constantes da tabela, na Lei 6.194/74, referentes à morte, à invalidez permanente e às despesas médicas, conforme abaixo discriminado:

*I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;*

***II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;***

*III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. (grifo nosso)*

Desse modo, a seguradora Ré, além de infringir as disposições legais, vai de encontro ao entendimento dos Tribunais Pátrios, lesando a Autora ao direito que lhe é devido.

No caso em comento, **a jurisprudência é pacífica**, quanto à questão de acidentes ocorridos fora do território nacional, senão vejamos:

***APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - ACIDENTE OCORRIDO FORA DO TERRITÓRIO NACIONAL - COBERTURA SECURITÁRIA DEVIDA - RECURSO DESPROVIDO. Conforme o entendimento já consolidado nesta Corte, o DPVAT tem natureza jurídica obrigacional e nos termos do disposto no artigo 9º, caput, da LICC a lei aplicável é a do país em que a obrigação se constituiu. Assim, aplica-se a lei brasileira, pouco importando o local do sinistro, o que determina ser devida a indenização nestas hipóteses, restando comprovada a lesão***

5/10





incapacitante, por meio de laudo pericial.  
(TJ-MS - AC: 08008905420188120004 MS 0800890-  
54.2018.8.12.0004, Relator: Des. Fernando  
Mauro Moreira Marinho, Data de Julgamento:  
13/09/2019, 2ª Câmara Cível, Data de  
Publicação: 19/09/2019)

**APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. AÇÃO DE COBRANÇA. MORTE. ACIDENTE OCORRIDO FORA DO TERRITÓRIO NACIONAL. INDENIZAÇÃO DEVIDA. BOLETIM DE OCORRÊNCIA. DESNECESSIDADE, NO CASO.** 1. A ausência do boletim de ocorrência, por si só, não afasta o dever de cobertura. Tendo sido comprovado o nexo de causalidade entre o evento morte e o sinistro ocorrido, de ser responsabilizada a parte ré pelo pagamento da indenização correspondente ao seguro DPVAT. 2. Em que pese o acidente de trânsito tenha ocorrido em território estrangeiro, tal fato não afasta o direito da parte em receber o seguro DPVAT. Relação obrigacional constituída em território nacional, apenas implementando-se a condição suspensiva em local distinto. Inteligência do art. 9º da LICCB. Indenização devida. RECURSO DESPROVIDO. (Apelação Cível Nº 70075163667, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 26/06/2018). (TJ-RS - AC: 70075163667 RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Data de Julgamento: 26/06/2018, Quinta Câmara Cível, Data de Publicação: **Diário da Justiça do dia 29/06/2018**)

**AGRAVO DE INSTRUMENTO. SEGURO. DPVAT. DECISÃO PARCIAL DE MÉRITO. ACIDENTE DE TRÂNSITO OCORRIDO EM TERRITÓRIO ESTRANGEIRO. COBERTURA DEVIDA.** Em que pese o acidente de trânsito tenha ocorrido fora do território nacional (em Rivera/Uruguai), não há falar em ausência de cobertura do seguro DPVAT, uma vez que inexistente esta limitação na lei que rege o seguro, bem como pelo fato de que a relação obrigacional foi constituída em território nacional, o que faz incidir o disposto no art. 9º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. (Agravado de Instrumento Nº 70076281286, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Lusmary Fatima Turelly da Silva, Julgado em 25/04/2018). (TJ-RS - AI: 70076281286 RS, Relator: Lusmary Fatima Turelly da Silva, Data de Julgamento: 25/04/2018, Quinta Câmara Cível, Data de Publicação: **Diário da Justiça do dia 02/05/2018**)

**APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. AÇÃO DE COBRANÇA. DPVAT. ACIDENTE OCORRIDO FORA DO TERRITÓRIO**

6/10



**NACIONAL. COBERTURA SECURITÁRIA DEVIDA. MORTE. TETO INDENIZATÓRIO.** Preliminar. Ausência de requerimento administrativo prévio. Não é necessário o esgotamento das vias administrativas para ingressar com demanda judicial. Preliminar rejeitada. Mérito. Conforme o entendimento já consolidado nesta Casa, o DPVAT tem natureza jurídica obrigacional e, nos termos do disposto no artigo 9º, caput, da LICC a lei aplicável é a do país em que a obrigação se constituiu. Assim, aplica-se a lei brasileira, pouco importando o local do sinistro. Indenização devida. Precedentes jurisprudenciais. Sentença mantida. **NEGARAM PROVIMENTO AO APELO. UNÂNIME.** (Apelação Cível Nº 70073531345, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luís Augusto Coelho Braga, Julgado em 24/08/2017). (TJ-RS - AC: 70073531345 RS, Relator: Luís Augusto Coelho Braga, Data de Julgamento: 24/08/2017, Sexta Câmara Cível, Data de Publicação: **Diário da Justiça do dia 31/08/2017**)

**APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. AÇÃO DE COBRANÇA. DPVAT. ACIDENTE OCORRIDO FORA DO TERRITÓRIO NACIONAL. COBERTURA SECURITÁRIA DEVIDA. MORTE. TETO INDENIZATÓRIO.** Preliminar. Ausência de requerimento administrativo prévio. Não é necessário o esgotamento das vias administrativas para ingressar com demanda judicial. Preliminar rejeitada. Mérito. Conforme o entendimento já consolidado nesta Casa, o DPVAT tem natureza jurídica obrigacional e, nos termos do disposto no artigo 9º, caput, da LICC a lei aplicável é a do país em que a obrigação se constituiu. Assim, aplica-se a lei brasileira, pouco importando o local do sinistro. Indenização devida. Precedentes jurisprudenciais. Sentença mantida. **NEGARAM PROVIMENTO AO APELO. UNÂNIME.** (Apelação Cível Nº 70073531345, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luís Augusto Coelho Braga, Julgado em 24/08/2017). (TJ-RS - AC: 70073531345 RS, Relator: Luís Augusto Coelho Braga, Data de Julgamento: 24/08/2017, Sexta Câmara Cível, Data de Publicação: **Diário da Justiça do dia 31/08/2017**)

Destarte, a autora faz jus a receber a indenização, no total de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), uma vez que **restou demonstrado e comprovado o nexo causal, existente entre o acidente automobilístico e a lesão de caráter permanente**, impondo-se, desse modo, à seguradora o dever de indenizar.



#### **IV - DOS PEDIDOS**

Isto posto, requer:

- a) Seja citada a ré, via correio (art. 246 do CPC), no endereço constante do preâmbulo, para que, querendo, ofereça resposta, pena de confissão e revelia (art. 344 do CPC);
- b) Seja julgada procedente a ação, condenando-se a ré ao pagamento total do Seguro Obrigatório DPVAT, no valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, acrescido dos juros legais à taxa de 1% ao mês, tudo corrigido monetariamente, até o efetivo pagamento;
- c) Seja a ré condenada, ainda, ao pagamento de honorários advocatícios, no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação;
- d) Por tratar-se de matéria exclusivamente de direito, seja dispensada audiência de instrução, julgando-se antecipadamente a lide;

#### **V - DAS PROVAS**

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitido, inclusive depoimento pessoal do Réu, prova testemunhal, documental e pericial.





## VI - DA PERÍCIA

---

Nesta oportunidade, o Autor oferece os seguintes quesitos para o exame médico:

1. Qual o tipo de lesão sofrida pelo Autor em decorrência do acidente mencionado na petição inicial?

1. As lesões sofridas são compatíveis com os fatos narrados na inicial e com os laudos anexadas aos autos?

1. Qual foi o tratamento médico aplicado ao Autor?

1. Em razão do acidente e do tempo de recuperação, por quanto tempo o Autor ficou impossibilitada de exercer sua profissão?

1. Quais as seqüelas físicas da lesão (esclarecendo se temporárias ou permanentes)?

1. Havendo seqüelas, qual(is) o(s) tratamento(s) recomendado(s) para corrigi-la(s) ou atenuá-la(s)? Qual(is) seu(s) custo(s) médio(s) ?

1. Há algum outro ponto que o Sr. Perito repute relevante sobre o exame pericial realizado?

Dá-se a causa do valor de o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Termos em que,



Pede deferimento e espera deferimento.

Garanhuns 09 de Junho de 2020.

---

JOÃO RALPH - OAB/PE 26.267

---

SÉRGIO COIFMAN - OAB/PE 30.118



**MERITÍSSIMO JUÍZO DA 1ª VARA CÍVEL DE GARANHUNS-PE**


CARLA SIMONE GOMES COIFMAN, devidamente qualificada vem requerer a juntada da guia de custas e do recibo de pagamento destas.


Garanhuns, 09 de junho 2020.


João Ralph  
OAB/PE 26.267





	<b>PODER JUDICIÁRIO</b> <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO</b> <b>DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO DE RECEITAS JUDICIÁRIAS - DARJ</b>		<b>01 - BANCOS CREDENCIADOS</b> <b>BANCO DO BRASIL</b>	<b>02 - CÓD. UNID. CARTORÁRIA</b> 2666
				<b>05 - DATA DE EMISSÃO</b> 09/06/2020 15:32
<b>03 - NÚMERO DA GUIA</b> 563859	<b>04 - CONTRIBUINTE</b> CARLA SIMONE GOMES COIFMAN - CPF: 023.271.814-88		<b>DATA DE VENCIMENTO</b> 31/12/2020	
<b>06 - NATUREZA DA AÇÃO</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL		<b>07 - Nº DO PROCESSO</b> 0003086-81.2020.8.17.2640		<b>08 - VALOR DECLARADO</b> R\$ 13.500,00
<b>09 - CÓD. DO ATO</b> 9	<b>10 - QUANT.</b> 1	<b>11 - OBSERVAÇÃO</b> Em todos os processos civis		<b>12 - VALOR COBRADO</b> R\$ 267,18
15	1	Taxa Judiciária 1%		R\$ 135,00
<b>13 - ASSINATURA DO DISTRIBUIDOR</b> Processo Judicial Eletrônico - Garanhuns				<b>14 - VALOR TOTAL</b> R\$ 402,18
85610000004 6 02180487202 2 01231000056 2 38590000000 6				

	<b>PODER JUDICIÁRIO</b> <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO</b> <b>DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO DE RECEITAS JUDICIÁRIAS - DARJ</b>		<b>01 - BANCOS CREDENCIADOS</b> <b>BANCO DO BRASIL</b>	<b>02 - CÓD. UNID. CARTORÁRIA</b> 2666
				<b>05 - DATA DE EMISSÃO</b> 09/06/2020 15:32
<b>03 - NÚMERO DA GUIA</b> 563859	<b>04 - CONTRIBUINTE</b> CARLA SIMONE GOMES COIFMAN - CPF: 023.271.814-88		<b>DATA DE VENCIMENTO</b> 31/12/2020	
<b>06 - NATUREZA DA AÇÃO</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL		<b>07 - Nº DO PROCESSO</b> 0003086-81.2020.8.17.2640		<b>08 - VALOR DECLARADO</b> R\$ 13.500,00
<b>09 - CÓD. DO ATO</b> 9	<b>10 - QUANT.</b> 1	<b>11 - OBSERVAÇÃO</b> Em todos os processos civis		<b>12 - VALOR COBRADO</b> R\$ 267,18
15	1	Taxa Judiciária 1%		R\$ 135,00
<b>13 - ASSINATURA DO DISTRIBUIDOR</b> Processo Judicial Eletrônico - Garanhuns				<b>14 - VALOR TOTAL</b> R\$ 402,18
85610000004 6 02180487202 2 01231000056 2 38590000000 6				

	<b>PODER JUDICIÁRIO</b> <b>TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO</b> <b>DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO DE RECEITAS JUDICIÁRIAS - DARJ</b>		<b>01 - BANCOS CREDENCIADOS</b> <b>BANCO DO BRASIL</b>	<b>02 - CÓD. UNID. CARTORÁRIA</b> 2666
				<b>05 - DATA DE EMISSÃO</b> 09/06/2020 15:32
<b>03 - NÚMERO DA GUIA</b> 563859	<b>04 - CONTRIBUINTE</b> CARLA SIMONE GOMES COIFMAN - CPF: 023.271.814-88		<b>DATA DE VENCIMENTO</b> 31/12/2020	
<b>06 - NATUREZA DA AÇÃO</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL		<b>07 - Nº DO PROCESSO</b> 0003086-81.2020.8.17.2640		<b>08 - VALOR DECLARADO</b> R\$ 13.500,00
<b>09 - CÓD. DO ATO</b> 9	<b>10 - QUANT.</b> 1	<b>11 - OBSERVAÇÃO</b> Em todos os processos civis		<b>12 - VALOR COBRADO</b> R\$ 267,18
15	1	Taxa Judiciária 1%		R\$ 135,00
<b>13 - ASSINATURA DO DISTRIBUIDOR</b> Processo Judicial Eletrônico - Garanhuns				<b>14 - VALOR TOTAL</b> R\$ 402,18
85610000004 6 02180487202 2 01231000056 2 38590000000 6				



SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL  
09/06/2020 - AUTO-ATENDIMENTO - 16.20.54  
0067100067

## COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: SERGIO COIFMAN \*

AGENCIA: 67-1 CONTA: 21.299-7

=====

Convenio TJPE SICAJUD

Codigo de Barras 85610000004-6 02180487202-2  
01231000056-2 38590000000-6

Data do pagamento 09/06/2020

Valor em Dinheiro 402,18

Valor em Cheque 0,00

Valor Total 402,18

=====

DOCUMENTO: 060902

AUTENTICACAO SISBB:

3.C44.805.299.BF5.D7A

09/06/20 16:22

